



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

**DOUGLAS HENRIQUE PEREIRA**

**QUEM TEM MÓI E QUEM NÃO TEM NÃO VAI MOER: REFLEXÕES SOBRE  
O PERÍODO DO PÓS-GUERRA DO CONTESTADO NO ALTO VALE DO RIO  
DO PEIXE (1920-1940)**

**CHAPECÓ  
2020**

**DOUGLAS HENRIQUE PEREIRA**

**QUEM TEM MÓE E QUEM NÃO TEM NÃO VAI MOER: REFLEXÕES SOBRE  
O PERÍODO DO PÓS-GUERRA DO CONTESTADO NO ALTO VALE DO RIO  
DO PEIXE (1920-1940)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da Prof<sup>o</sup> Dr. Delmir José Valentini.

CHAPECÓ  
2020

## Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Pereira, Douglas Henrique

QUEM TEM MÓI E QUEM NÃO TEM NÃO VAI MOER: REFLEXÕES  
SOBRE O PERÍODO DO PÓS-GUERRA DO CONTESTADO NO ALTO VALE  
DO RIO DO PEIXE / Douglas Henrique Pereira. -- 2020.  
107 f.:il.

Orientador: Doutor Delmir José Valentini

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da  
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História,  
Chapecó, SC, 2020.

1. Guerra do Contestado. 2. História Social. 3.  
Movimentos Sociais. 4. Colonização. 5. Companhias  
Colonizadoras. I. Valentini, Delmir José, orient. II.  
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

DOUGLAS HENRIQUE PEREIRA

QUEM TEM MÓI E QUEM NÃO TEM NÃO VAI MOER: REFLEXÕES SOBRE  
O PERÍODO DO PÓS-GUERRA DO CONTESTADO NO ALTO VALE DO RIO  
DO PEIXE

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História  
da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de  
Mestre em História, defendido em banca examinadora em 11/09/2020

Aprovado em: 11/11/2020

BANCA EXAMINADORA

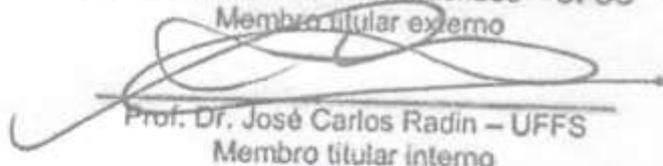


Prof. Dr. Delmir José Valentini – UFFS  
Presidente da banca/orientador

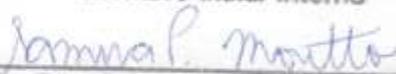


Documento assinado digitalmente  
Paulo Pinheiro Machado  
Data: 27/10/2020 09:41:49-0300  
CPF: 415.676.840-68

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado – UFSC  
Membro titular externo



Prof. Dr. José Carlos Radin – UFFS  
Membro titular interno



Profa. Dra. Samira Peruchi Moretti – UFFS  
Membro suplente

Chapecó/SC, 11 de setembro de 2020.

Dedico ao povo do Contestado e àqueles que fazem de suas vidas instrumento em busca de uma sociedade mais justa.

## AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui só foi possível por ter contado com o apoio de tantas pessoas que com certeza vou deixar passar muitas delas. Porém, tentarei ser ao máximo o mais justo possível, lembrando e mencionando aqueles e aquelas que merecem toda a minha eterna gratidão.

Meu pai e minha mãe, tudo o que vocês fizeram pela minha vida desde sempre, os esforços, a dedicação, os ensinamentos, as broncas. Tudo fez de mim isso que sou e por isso serei eternamente grato. Vocês são os amores maiores da minha vida e por vocês existirem e serem meus pais, eu agradeço.

Agradeço aos meus irmãos por todo suporte, mesmo que sem perceber, mesmo que sem demonstrar, estiveram presentes e participando, colaborando para que eu conseguisse chegar até aqui. Amo vocês, Henrique e Beatriz, e estaremos juntos para sempre.

À minha companheira Gabriela. Durante esse processo nos tornamos noivos, algo tão esperado e tão consequente, porque são só obriedades daquilo que a vida nos reservou: um amor eterno, recíproco e verdadeiro. Você foi minha base, meu suporte e meu horizonte e por todo o sempre terei toda minha gratidão. Não foi uma jornada fácil ou feita apenas de bons momentos, mas foi aquilo que era para ser e, a partir daí, continuaremos juntos, cultivando, fortalecendo manifestando nosso amor para todo o sempre. Te amo!

Aos meus amigos e minhas amigas que estiveram presentes nos momentos de desilusão, com palavras e um ombro acolhedor e que deram o impulso sempre necessário para me manter de pé.

Agradecimentos especiais ao eterno presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao ministro Fernando Haddad, ao deputado amigo professor Pedro Uczai e ao Partido dos Trabalhadores por terem se dedicado tanto pelo Brasil e pelo seu desenvolvimento em todas as esferas e assim terem trabalhado pela criação da nossa Universidade Federal da Fronteira Sul em Chapecó. Quando nós imaginaríamos ter uma universidade federal na nossa região? Esse marco histórico e incrível possibilitou que muitos jovens sonhadores como eu pudessem

realizar seus sonhos de estudar em uma universidade pública, federal e de uma qualidade inenarrável. A vocês meu eterno agradecimento!

Agradeço ao meu grande amigo-irmão Lucas da Silva Godinho, que aos 48 minutos do segundo tempo, não desistiu e me puxou pelo braço para conseguir entrar no curso. Nossa parceria não é de hoje meu companheiro, e assim será por muito tempo. Gratidão!

Sempre que algo te importunar, lembre-se: foco no Nescau! Esses aprendizados são eternos e refletem os momentos que só grandes amigos podem proporcionar, e por isso agradeço de coração por vocês, Dani, Letícia, Daia e Jordan, fazerem parte da minha vida. Que nossos momentos de chopp, café e protestos não parem nunca.

Meu orientador Delmir José Valentini, quando te vi sentado à mesa de entrevistas de seleção para o mestrado, um misto de medo e esperança tomou meu coração. Mas já naquele momento sabia que estaríamos juntos nessa caminhada e que isso seria fantástico, pois poder conviver com o senhor e desfrutar do seu conhecimento foi algo que jamais esquecerei. Muito obrigado meu professor por tudo.

Obrigado professora Samira, pessoa pela qual tenho enorme carinho e admiração, pela brilhante coordenação de curso, pelas aulas, conversas, oportunidades. Gratidão mesmo e, em seu nome, estendo para todos os professores e todas as professoras que fizeram parte da minha formação. Gigantes!

E mais uma vez: obrigado Universidade Federal da Fronteira Sul! Sua existência é resultado de que a luta política, da boa política, vale a pena. Eu saio da universidade agora, mas a UFFS continuará comigo. Lutarei e defenderei sua existência acima de tudo, pois a UFFS é sinônimo de um Brasil que dá certo, que aceita cada um e cada uma como seres de direito e dignidade, que se pauta pela inclusão, pelo conhecimento, pela ciência e pela diversidade, com uma educação pública e de qualidade para todos os brasileiros.

Gratidão.

*A noite de seis de agosto foi de feijoada, cachaça e cantoria.  
Manuel Alves de Assunção Rocha mandou a Negra Terência preparar  
panelões e panelões.  
Os fogos com có-de-pinho aqueciam a noite fria. Era pata de porco, rabo de  
porco, orelha de porco, focinho de porco. E a mistura fervia.  
Terência passava de panela em panela, taca-lhe sal e taca-lhe pimenta. Até  
pinhão no feijão da Negra Terência tinha. Igual à feijoada da Negra Terência só  
a feijoada da Negra Terência. E vinha povo de todo lado. Até José Maria com a  
gente dele veio. Veio com um livro, sentou-se perto de um caldeirão e o povo  
em redor dele. A feijoada fervendo, o Monge lendo, o povo escutando.  
Pinhão é a diferença na feijoada da Negra Terência. Feijão é a dominante.  
Pinhão é a resistência à dominação, é a imaginação, a fuga pela imaginação. O  
pinhão insere nossa história, lembra os séculos de coletores.  
Alimentação pela coleta, protesto contra a evasão capitalista.  
O pinhão congrega como o fogo.  
Dou-te a receita para criar um movimento místico.  
Ajeite um caldeirão de ferro sobre pedras.  
Não esqueça água da fonte antes do fogo em nós-de-pinho.  
Escolha um místico como dominante. Acrescente fome, desemprego,  
marginalização, fé. Misture tudo muito bem misturado.  
Bote lenha na fogueira: repressão armada.  
Tome peões e fazendeiros, nativos e imigrantes, analfabetos e letrados,  
trabalhadores e malandros, homens e mulheres.  
Atire tudo no caldeirão. A fervura sem anulas as partes, cria um grupo  
homogêneo que, olhando de fora, você pode chamar de fanático.  
Divulgue a receita.*

**Império Caboclo – Donaldo Schüler**

## RESUMO

A presente dissertação analisou o processo de colonização da região do Alto Vale do Rio do Peixe após a Guerra do Contestado. Buscou respostas e evidências que possam demonstrar a relação entre a Guerra do Contestado, o processo de colonização realizado na sequência do conflito e a situação de pobreza encontrada nos dias de hoje nesta região. Foram analisadas diversas fontes e uma vasta produção acadêmica acerca deste tema. O recorte temporal aborda o período entre as décadas de 1920 e de 1940, tempo em que se intensificaram as tratativas para a colonização da região do Alto Vale do Rio do Peixe. O estudo da ação das companhias colonizadoras foi algo fundamental para a compreensão também da atuação dos agentes públicos nas diversas esferas de poder. Foram analisadas conversas, mensagens, relatórios e outros estudos oficiais produzidos sobre a colonização da região e documentos que demonstram a exclusão social dos antigos moradores, priorizando o acesso e a distribuição da terra aos migrantes e imigrantes de descendência europeia. Na atualidade a região do Alto Vale do Rio do Peixe apresenta os mais baixos índices socioeconômicos do estado de Santa Catarina e no estudo de sua história há possibilidades de encontrar muitas respostas para a situação cotidiana de hoje.

Palavras-chave: Guerra do Contestado. Colonização. Companhias Colonizadoras. Desigualdade Social. História Social.

## ABSTRACT

This dissertation deals about the process of colonization of the region “Alto Vale do Rio do Peixe” after the War of the Contestado, occurred in this place. In search of answers and evidences that prove the relationship between the War of the Contestado, the process of colonization realized in the sequence of the conflict and the situation of poverty found nowadays in the region, several sources were examined and a vast academic production about on this theme. The time frame was fixed in the period between 1920-1940, a period in which the negotiations were intensified for the colonization of the region “Alto Vale do Rio do Peixe” The action of the colonizers companies is fundamental in this understanding, as well as the attitudes and actions of the various spheres of public authorities, and for that were examined conversations, messages, reports and official studies produced about the colonization of the region, when they demonstrated a social exclusion to the ancient residents of the region in consequence of to the arrival of the migrants and immigrants of European descent. Today, the region “Alto Vale do Rio do Peixe” has the lowest socioeconomic data in the state of Santa Catarina, and in its history are the answers to this situation.

Keywords: War of the Contestado. Colonization. Colonizers Companies. Social difference . Social History.

*É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar;*

*porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera.*

*Esperançar é se levantar, esperar é ir atrás, esperar é construir, esperar é não desistir! – Paulo Freire*

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 01:</b> Mapa da Região do Alto Vale do Rio do Peixe.....	16
<b>FIGURA 02:</b> Foto do Caboclo ervateiro.....	29
<b>FIGURA 03:</b> Mapa marcando os caminhos das tropas ligando São Paulo ao Sul.....	33
<b>FIGURA 04:</b> Mapa ilustrando a região da Questão de Palmas que envolveu Brasil e Argentina.....	44
<b>FIGURA 05:</b> Mapa apontando o traçado da EFSPRG passando pela área de conflito da Guerra do Contestado.....	49
<b>FIGURA 06:</b> Foto da Ponte Luiz Kellerman. Videira – 1935.....	61
<b>FIGURA 07:</b> Foto atribuída ao Corpo de Segurança da <i>Lumber</i> .....	74
<b>FIGURA 08:</b> Foto atribuída a uma Família de caboclos que se rendeu ao final da Guerra do Contestado. Canoinhas, 1915.....	78
<b>FIGURA 09:</b> Cartaz do Primeiro Congresso Nacional do Contestado.....	92
<b>FIGURA 10:</b> Foto da parte externa da Prefeitura Municipal de Matos Costas, com referência à cultura do Contestado.....	93

## SUMÁRIO

<b>1 – INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2 – ÍNDIOS, CABOCLOS E COLONOS NA REGIÃO DO CONTESTADO</b> .....	2
3	
2.1 Histórico de ocupação anterior à Guerra do Contestado: índios e caboclos.....	24
2.1.1 <i>Seguindo o caminho das tropas e dos tropeiros</i> .....	29
2.1.2 <i>Trabalhando com o gado e servindo os fazendeiros</i> .....	34
2.2 Da lei de terras ao movimento de colonização no século XIX.....	35
2.3 Contestações nas disputas públicas pelas terras da região.....	40
2.4 A Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande e a presença dos colonos...45	
<b>3 – ATUAÇÃO DE COMPANHIAS COLONIZADORAS NA REGIÃO DO CONTESTADO</b> .....	51
3.1 Resignificações e rearranjos da terra no Alto Vale do Rio do Peixe.....	52
3.2 As Companhias Colonizadoras do Alto Vale do Rio do Peixe.....	54
3.3 Discursos oficiais e ideias de progresso.....	63
3.4 Eugenia e branqueamento: um projeto de país em prova no Contestado.....	68
<b>4 – POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: CONSEQUÊNCIAS DO CONFLITO ARMADO E DO PROCESSO COLONIZADOR NA REGIÃO DO CONTESTADO</b> .....	72
4.1 A Guerra do Contestado e a mobilidade dos posseiros nas terras devolutas.....	72
4.1.1 <i>O Corpo de Segurança da Lumber e a expulsão dos posseiros</i> .....	72
4.1.2 <i>Acolhida nos redutos em meio à violência e repressão</i> .....	75

4.2	Posseiros, intrusos e especulação de terras em relatórios do governo de Santa Catarina.....	80
4.3	Alguns dados históricos da região do Contestado e as relações com a pobreza e a desigualdade.....	85
4.4	Atualidades do pós-guerra: narrativas em disputas.....	91
<b>5</b>	<b>– CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>96</b>
<b>6</b>	<b>– REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>99</b>

## 1 - INTRODUÇÃO

“Videira não possui nenhuma relação com a Guerra do Contestado”. É a partir dessa afirmação ouvida em meados do ano de 2015, em tom de desabafo em uma reunião de professores de História de todas as redes de ensino da cidade de Videira, na qual me fazia presente, que o tema instigou ainda mais uma investigação científica. Para completar, a reunião tinha como pauta o centenário da Guerra do Contestado, organizada pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e que trouxe inquietações devido ao contexto daquele momento.

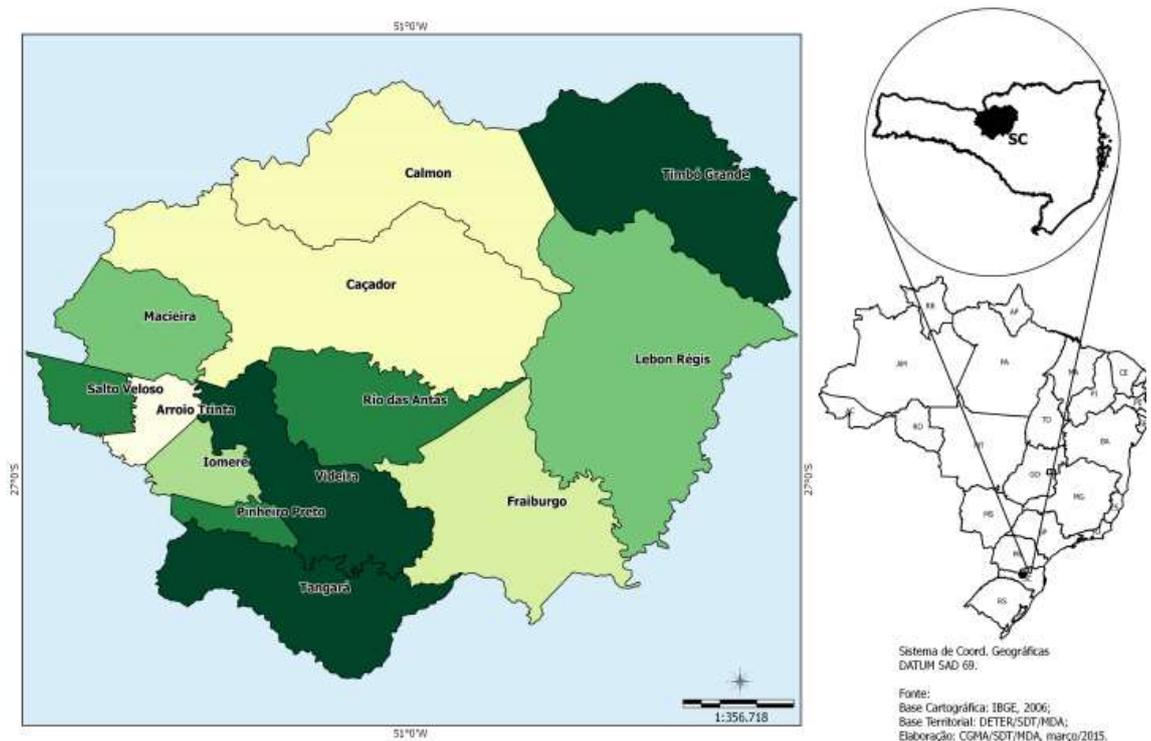
Tendo em vista que todo habitante da cidade de Videira, quando se aventura no centro da cidade, acaba inevitavelmente passando sobre os trilhos de uma estrada de ferro desativada e ao lado de uma antiga estação de trem que hoje serve de polo comercial e gastronômico, cabe-se questionar se ao fazerem isso, refletem sobre a existência de tais trilhos. Será que conhecem sua história? Pensando na afirmação do profissional do ensino de História, diversas perguntas surgiram sobre o passado histórico de Videira. Por que afinal esses trilhos estão ali? Quando foram instalados? Quem os instalou e qual era o projeto?

Os trilhos que cortam o município de Videira e a região do Alto Vale do Rio do Peixe são parte do trecho sul da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul (EFSPRG), empreendimento que possui uma enorme relação com a Guerra do Contestado e com a chegada dos colonizadores ao município e à região no início da década de 1920. Nesse sentido, torna-se necessária a inserção da história da construção da ferrovia como parte da história do município e da região para que a população tenha uma dimensão mais abrangente da história do lugar onde vivem.

A região do conflito do Contestado, delimitada para esse estudo é o Alto Vale do Rio do Peixe, hoje formada por pequenos municípios que enfrentam problemas políticos, econômicos, sociais e culturais (LUDKA, 2016), problemas como um déficit habitacional, falta de saneamento básico, pontos-chaves que culminam no fato desta região ser a que possui os dados socioeconômicos mais baixos do Estado de Santa Catarina. Esta região foi escolhida por ser a região

onde vivo desde meu nascimento, percebendo o observando suas nuances e características que me causaram, desde sempre, alguma inquietação e desejo de entender mais e melhor sobre os motivos que levaram à configuração da região. Esta região é formada atualmente por 13 municípios, sendo eles: Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande e Videira.

**FIGURA 01:** Mapa da Região do Alto Vale do Rio do Peixe



Fonte: Caderno territorial do Alto Vale do Rio do Peixe. Disponível em: [http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno\\_territorial\\_155\\_Alto%20Vale%20do%20Rio%20do%20Peixe%20-%20SC.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_155_Alto%20Vale%20do%20Rio%20do%20Peixe%20-%20SC.pdf)

A região do Alto Vale do Rio do Peixe, região onde se desenvolveu a Guerra do Contestado, foi disputada entre Santa Catarina e Paraná nas décadas da virada do século XIX para o século XX, sendo parte da região pertencente ao estado do Paraná até o Acordo de Limites de 1916. Mesmo após a assinatura do acordo, ainda tiveram influência dos cartórios paranaenses quanto ao registro e regulamentação das terras da região que naquele momento passava para a jurisdição do estado de Santa Catarina.

Estudos recentes apontam relações com os acontecimentos sobre a Guerra do Contestado e suas consequências, e esse é mais um dos motivos que instigou o desenvolvimento do projeto de pesquisa que resultou nessa dissertação. Para quem cresce na região, as diferentes realidades que se encontram de uma cidade para a outra é inquietante. Sendo assim, entender se os fatos históricos que envolveram diversos personagens, acordos e tratados, um grave conflito armado e o que aconteceu depois deste, possuem relação com a situação de vida atual daqueles que vivem nessa região se torna a prerrogativa central que esta dissertação busca discutir.

O Brasil é um país onde a pobreza e a desigualdade são constantes em todo o seu território, não sendo diferente na região do Alto Vale do Rio do Peixe. O que difere essa região das demais regiões é exatamente a Guerra do Contestado, que potencializou as desigualdades e a pobreza com o uso da repressão e da violência. Demonstrar essa ligação entre a Guerra do Contestado e a pobreza da região do conflito foi o objetivo dessa dissertação, remontando aos tempos passados, buscando fontes e materiais necessários para encontrar as respostas.

As buscas pelas respostas, a partir deste estudo, abrange a área territorial e os espaços e locais da região do conflito denominado pela historiografia como Guerra do Contestado, apontados entre os anos de 1912 a 1916. Busca-se compreender as práticas das companhias colonizadoras, além do envolvimento dos antigos moradores da região nesse processo de reorganização social e econômica, e as levas de migrantes que ocuparam estes espaços nas décadas que se seguiram imediatamente ao conflito armado.

A história oferece as bases e direções para o prosseguimento do trabalho. Buscou-se, através da análise dos acontecimentos encontrar as respostas que motivaram as situações se postarem da maneira que se apresentam hoje. Sobre a pobreza e seus impactos na sociedade:

A pobreza é parte de nossa experiência diária. Os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo vão deixando suas marcas sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados de modo precário e intermitente, os que se tornaram não empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a

alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo são sinais que muitas vezes anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados na sociedade. Sinais que expressam também o quanto a sociedade pode tolerar a pobreza e banalizá-la e, sobretudo, a profunda incompatibilidade entre os ajustes estruturais da economia à nova ordem capitalista internacional e os investimentos sociais do Estado brasileiro (YAZBEK, 2012).

Os impactos dos projetos capitalistas na região do Alto Vale do Rio do Peixe foram devastadores em vários níveis, tanto na questão ambiental, quanto cultural, social e econômica, gerando situações de pobreza comoventes e estarrecedoras. Essa dissertação vem com esse propósito: propor esse debate em busca da solução desses problemas, entendendo a Guerra do Contestado e suas nuances como ponto chave para compreender a situação de pobreza, desigualdade e atraso que a região onde se deu o conflito demonstra se comparada com as demais regiões do estado de Santa Catarina.

A região do Contestado já foi objeto disputas nacionais e internacionais, envolvendo Estados e países interessados em sua jurisdição. Além das disputas oficiais envolvendo diferentes governos, os conflitos de interesses também foram sentidos e protagonizados pela população local, envolvendo principalmente antigos moradores já estabelecidos nesta região e outros advindos como migrantes.

Acerca dos antigos moradores da Região do Contestado, Maurício Vinhas de Queiroz, (1977, p. 64) relatou que estes não tinham acesso ao seu principal meio de subsistência, a terra, pois eles “não tinham recursos para aquisição de terras e eram iletrados para recorrer às terras devolutas. Nelas se alojavam como posseiros, dali sendo expulsos mais tarde”. Ou seja, eram pessoas que viviam distantes dos poderes públicos, praticando uma agricultura de subsistência.

Após os quatro anos do conflito armado, a situação dos antigos moradores da região piorou. As concessões de vastas áreas feitas para o capital estrangeiro, estabelecido nesta região através da construção do trecho da Linha Sul da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul (EFSPRG) e o processo de colonização praticada na região impuseram novas características e obrigações para um modo de vida que se mostraria diferente daquela vida que

eles estavam acostumados a levar antes do conflito armado e suas consequências transitam de modo a influenciar novos modos de vida híbridos tanto para os antigos moradores, quanto para os novos.

A Guerra do Contestado significou um verdadeiro genocídio para a população da região (VALENTINI, 2016), e isso fica mais evidente quando se observa alguns números como os citados por QUEIROZ (1977): “concentrados no reduto-mor, nos outros redutos, redutinhos e guardas, viviam nesse território 20000 pessoas. Até o fim do movimento, destes haviam morrido 6000 ou, em outras palavras, de cada dez, três morreriam a bala, por doença, fome ou degolamento” (QUEIROZ, 1977). Outras fontes mais recentes divergem quanto ao número exato de vítimas do conflito armado, onde esses números podem chegar a 10 mil mortos, algo próximo de 10% da população total do Estado de Santa Catarina à época, o que evidencia a violência praticada.

Para compreender os processos de povoamento da região do Alto Vale do Rio do Peixe, é importante perceber a evolução das legislações referentes ao acesso à terra. Um marco importante desse processo foi a assinatura da Lei de Terras, em 1850. Esta lei significou um marco na tentativa de legalizar o acesso às propriedades. Já em seu artigo 1º, a lei estabelecia que “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” (BRASIL, 1850) .

Fica evidente o ideal de exclusão que a lei traz, pois exclui enorme parcela da população brasileira que não possuía acesso a terras demarcadas e registradas, nem à instrução intelectual necessária para se adequarem à legislação brasileira, muito menos possuíam condições monetárias de se fazerem proprietários pela compra. Entretanto, estudos recentes mostram que algumas poucas famílias de brasileiros da região do Contestado conseguiram reaver suas posses em propriedades, o que ajuda a confirmar o caráter excludente que os procedimentos para o acesso à terra possuíam, pois, essas exceções confirmam a regra e não o contrário, mas ainda assim é interessante observar e citar tais conquistas e contrapontos.

Ainda assim, quando na concessão de terras para as empresas do grupo *Farquhar*, que construiu o trecho da EFSPRG que passava na região contestada

e executou projetos pioneiros de colonização dessa mesma região, a lei não foi respeitada e as concessões foram realizadas sem a devida atenção à legislação (QUEIROZ, 1977). Além disso, a lei oferecia algumas interpretações que poderiam favorecer os posseiros da região do Contestado, onde alguns conseguiram legalizar suas situações, mas as dificuldades para esse procedimento se mostraram maiores que as oportunidades.

No final da Guerra, a assinatura do acordo de limites entre os Estados de Santa Catarina e Paraná não significou o fim dos litígios pela terra. Aos moradores antigos da região, fora dificultado acesso ao que tinham antes do conflito, acesso à terra onde sempre viveram. Uma nova lógica de ocupação e posse dos territórios da região foi criada, com novas regras e condições, que atenderam aos interesses oficiais e beneficiaram os novos personagens da ocupação territorial.

Sendo assim, perceber o modo como os antigos moradores, já estabelecidos nesta região, foram inseridos na nova lógica a partir dos projetos de colonização do período pós-guerra foram fundamentais para este estudo. Em consequência desses entendimentos, buscou-se estabelecer possíveis conexões entre os índices da atualidade com resquícios de ações no pós-guerra se constituíram em objetivos deste trabalho.

Em períodos anteriores ao conflito armado, foi possível observar uma trajetória com diversos movimentos de remota presença humana na região, desde a pioneira presença indígena até o limiar das grandes navegações, que trouxeram movimentos consistentes para promover o avanço de populações europeias nestas terras, entre os fatores que contribuíram neste processo podemos citar: a criação das primeiras vilas em Santa Catarina, o tropeirismo, a imigração colonizadora de D. João VI e, por fim, a Lei de Terras de 1850.

Incentivar a vinda de migrantes e facilitar o acesso às terras da região demonstrava o interesse por um novo modo de trabalho, por uma ocupação dos espaços considerados vazios e um entendimento de que os descendentes de europeus representavam a mão de obra perfeita para a colonização, por esses serem “ordeiros, ideais para a colonização” (RADIN, 2009). Há de se notar a presença da população europeia descendente de imigrantes, que foram atraídos

para o Brasil e suas regiões menos povoadas devido à carência de terras e oportunidades que dispunham em seus países, carestia e conflitos sociais. Essa presença de migrantes na Região do Contestado também é atribuída a um projeto<sup>1</sup> de branqueamento das populações aqui residentes (RADIN, 2009).

Nas primeiras décadas do século XX, o ideal de supremacia racial estava presente em todo o planeta, tendo como maior expoente o regime nazista alemão. Vários eram os estudos da pseudociência chamada Eugenia, onde cientistas de várias partes do globo terrestre promoveram pesquisas e experiências sobre a suposta superioridade racial da população branca sobre os demais grupos étnicos (SKLARZ, 2014). Na região do Contestado, a substituição dos moradores antigos da região, o caboclo brasileiro, por colonos de descendência europeia e branca, aponta traços dessas ideias de branqueamento.

No processo de colonização do Alto Vale do Rio do Peixe, as práticas voltadas para a vocação agrícola e o povoamento efetivo promovido por imigrantes europeus, posterior à fase de apropriação e regulamentação dos lotes de terras, o próximo passo foi a comercialização dessas terras, trabalho este desempenhado pelas companhias colonizadoras. Estas passaram a promover a chegada das levas de populações imigrantes e migrantes para legitimar a posse destes territórios e assim assegurar o domínio político e administrativo por parte do Estado brasileiro.

Já na concessão de terras para a construção da EFSPRG, o Governo Brasileiro determinou às empresas do grupo Farquhar, sob pena de reversão da concessão, que estas promovessem a colonização e o desenvolvimento da região. Ou seja, analisar a atuação da *Brazil Railway Company*, da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company* para a região do oeste catarinense é de suma importância para o entendimento sobre a situação atual (SILVA, 1983).

Sendo assim, as consequências da atuação das empresas colonizadoras e de exploração na região do Contestado, bem como as

---

<sup>1</sup> Quando se fala em projeto, a proposta é abordar as ações realizadas em consonância durante a história, empreendidas pelos governantes nas diferentes épocas, mas que convergiam para o mesmo propósito, impondo, principalmente, os interesses e vontades das classes dominantes.

consequências do conflito que ocorreu durante quatro anos são notadas até hoje, ficando evidente em inúmeros dados estatísticos da região. Ludka (2016) levantou dados do IDHM (Índice de Desenvolvimento Urbano Municipal) e o GINI<sup>2</sup>, demonstrando importantes aspectos econômicos e sociais sobre os municípios que estão localizados na região do Contestado.

Deste modo, procurando respostas sobre as questões levantadas, busca-se fundamentação na História Social, percebendo-se a sua presença no contexto aqui estudado. Percebe-se que a História Social estará presente sempre que o pesquisador se interessar em tratar a sociedade, o que discorda, então, da ideia de uma totalidade da história (BARROS, 2004). Como essa dissertação preocupa-se com os acontecimentos sociais possibilitados pelo pós-Guerra do Contestado, a História Social auxilia nesse processo, utilizando-se autores como THOMPSON (1987). Este autor trabalhou com a questão da consciência de classes, partindo do viés que destaca os oprimidos também como sujeitos da história.

Corroborando com a História Social, outra modalidade será utilizada como determinação pontual, temporal e local do estudo. Tendo como tema de pesquisa um contexto regional e os impactos de um conflito exatamente na região onde aconteceu.

Conceituando a História Regional na busca de diálogos e utilização neste trabalho, BARROS (2004, p. 152) escreveu que “quando um historiador se propõe a trabalhar dentro do âmbito da História Regional, ele mostra-se interessado em estudar diretamente uma região específica”. Por esse aspecto, este estudo se propôs a analisar a região do Alto Vale do Rio do Peixe em seus aspectos antes, durante e, principalmente, depois da Guerra do Contestado, um importante desafio a ser enfrentado para compreender questões ainda presentes sobre seu estabelecimento e desenvolvimento.

---

<sup>2</sup> O índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos tem a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda (IPEA, 2015).

O levantamento bibliográfico, a busca, a escolha e a utilização das fontes foram fundamentais no processo. Na produção acadêmica, conforme BARROS (2004, p. 134), “a fonte histórica é aquilo que coloca o historiador diretamente em contato com o seu problema. Ela é precisamente o material através do qual o historiador examina ou analisa uma sociedade humana no tempo”. Desta maneira, encontrar os documentos certos é parte primordial do processo de análise e criação.

A partir do encontro das fontes que a pesquisa toma corpo e sentido. Michel de Certeau avalia o fazer história, chamando a atenção para a tecnicidade do ato, quando o historiador transforma a matéria prima, as fontes que são as informações primárias, em uma informação secundária, objetos da história. Nesse sentido, registros de imóveis, certidões e atas de compra de terras são as fontes para se encontrar as possíveis respostas para este estudo. Além desses documentos, buscou-se relatórios redigidos pelos órgãos responsáveis pela organização da colonização na região do Contestado nos anos seguintes do conflito, bem como mensagens e entrevistas das autoridades públicas da época, com o intuito de entender os objetivos das autoridades e o tratamento dispensado em relação ao conflito, à região e à população remanescente do conflito.

Os discursos proferidos pelas autoridades oficiais de governo, principalmente governadores, ajudaram a entender a ideia e o pensamento em voga naquele contexto. Entender as relações que levaram à delimitação e comercialização das terras após a Guerra do Contestado é importante, como também é importante entender em que lugar dessa história ficaram aqueles que foram espoliados após o conflito armado.

A pesquisa está articulada em três capítulos. No primeiro procura-se destacar o tema proposto, trazendo contribuições e abordagens realizadas pela historiografia, resultados de pesquisas já realizadas, abordando os aspectos dos processos, trajetórias e impactos da Guerra do Contestado para a região do Vale do Rio do Peixe em Santa Catarina, observando a implantação da EFSPRG, os conflitos decorrentes diante da presença dos grupos étnicos historicamente presentes nesta região.

O segundo capítulo trata da ação das companhias colonizadoras no contexto da Guerra do Contestado. O recorte temporal foi delimitado pretendendo aprofundar os estudos sobre o período da chegada dos primeiros colonos no Alto Vale do Rio do Peixe, logo após o conflito armado, procurando entender os objetivos das companhias colonizadoras com os discursos sobre o desenvolvimento e o progresso, fatores que impactaram diretamente a vida de todos os moradores que já viviam nesta região.

No terceiro e último capítulo procura-se inferir sobre as consequências e os impactos proporcionados pelos processos anteriormente abordados. Observando as situações socioeconômicas desfavoráveis às encontradas na região, levando em consideração as demais regiões do estado de Santa Catarina. A análise de dados socioeconômicos, de estudos e levantamentos realizados pela Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (AMARP) são alguns aspectos destacados nesta dissertação.

## 2 ÍNDIOS, CABOCLOS E COLONOS NA REGIÃO DO CONTESTADO

*Vendem seus cestos, filhos no colo  
Pedem guarida, perdem seu solo  
Terra Sem Males, um desconsolo  
Os invisíveis que o Sul não vê –  
Um Outro Olhar do Sul - Pedro Munhoz e Pedro Pinheiro*

A região do vale do Rio do Peixe de Santa Catarina faz parte do espaço que passou por profundas mudança entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Também foi neste contexto que ocorreu a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul (EFSPRG), destacada como símbolo do progresso, que ligava aquele tempo com uma nova era que se iniciava (BORELLI, 2006).

Historicamente, a região do Alto Vale do Rio do Peixe passou por três etapas de ocupação, que apresentaram elementos distintos. O primeiro elemento é representado pelos povos originários do tronco linguístico Jê, os *Kaingang* e os *Xocleng*, além de grupos Guarani (BENDER; CAMPOS, 2012). A partir do século XVIII, com o surgimento das primeiras grandes propriedades e fazendas de criação de gado na região, escravizados, elementos pobres da sociedade brasileira de origem branca, mestiça ou escravizados libertos chegaram à região para serem a mão de obra e formarem a população cabocla (MARTINS; WELTER, 2018). População esta que, assim como os indígenas, foi considerada incapaz para realizar o progresso desejado pelo governo brasileiro no final do século XIX.

Uma demonstração desse pensamento encontra-se na regulamentação de Povoamento do Solo Brasileiro, expedida pelo então ministro de Indústria, Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon, em 1908. Nesse documento, o ministro deixava claro que era preciso visar especialmente a “introdução de imigrantes agricultores que se proponham estabelecer-se no País, criando centros permanentes de trabalho, de riquezas” (VALENTINI, 2015, p. 113). O pensamento dúbio do ministro não considerava como trabalho e riqueza aquilo

que os antigos moradores do Alto Vale do Rio do Peixe produziram durante os anos que antecederam os eventos relacionados à Guerra do Contestado, desmerecendo o passado para impor um projeto para a região, do qual esses antigos moradores não faziam parte.

A Lei de Terras aprovada em 1850 determinou as novas regras para aquisição de terras no Brasil, uma nova realidade para os moradores do Alto Vale do Rio do Peixe e do Brasil como um todo, pois esta lei passou a exigir a compra das terras para legalizar a posse (BRASIL, 1850), tornando ainda mais latente a diferença entre proprietários e posseiros. A construção da EFSPRG, com as cláusulas favoráveis à companhia vencedora da concessão, potencializou o processo de expropriação e expulsão dos posseiros, trazendo consequências graves para a população que ocupava estas terras.

Ainda no contexto histórico observado, se torna importante considerar a questão de limites envolvendo Santa Catarina e Paraná, que disputaram a região durante décadas. Os governos de ambos os estados se utilizaram das mais variadas arguições para justificarem suas alegações, envolvendo a população nos conflitos, que não cessaram com o acordo firmado após a Guerra do Contestado.

Cabe aqui destinar olhares e atenção à situação social da região durante os anos que antecederam a Guerra do Contestado, como forma de conhecer e compreender melhor todos os caminhos que fizeram povos do mesmo chão e da mesma nação se digladiarem durante os conflitos, matando milhares de brasileiros.

2.1 Histórico de Ocupação anterior à Guerra do Contestado: índios e caboclos.

Quando o estudo da história do povo brasileiro é proposto, percebe-se que o tratamento dispensado aos primeiros habitantes do país é carregado de preconceito. Pero Magalhães de Gândavo, português que esteve no Brasil nos anos 1550, escreveu alguns relatos sobre o Brasil posteriormente reunidos no livro *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil*, o

que seria o primeiro livro sobre o Brasil. O referido autor, ao analisar os termos linguísticos dos nativos brasileiros, cita que o vocabulário destes:

[...] carece de três letras, convém a saber, não se acha nela F, nem L, nem R, coisa digna de espanto, porque assim não tem Fé, nem Lei, nem Rei, e dessa maneira vivem desordenadamente, sem terem além disto conta, nem peso, nem medida. Não adoram coisa alguma, nem têm para si que há depois da morte glória para os bons e pena para os maus. (GÂNDAVO, 2004, p. 135).

Essa afirmação, facilmente encontrada em livros didáticos pelas escolas do país, uma simples análise de vocabulário, demonstra os preconceitos com que os nativos indígenas foram tratados em todo o Brasil durante a sua história. E na região da Guerra do Contestado, isso não foi diferente. Violência, extermínio e aniquilação fizeram parte da rotina desse povo durante a história de sua coexistência com colonizadores na região (MACHADO, 2004).

A região que vivenciou a Guerra do Contestado fora habitada primeiramente pelos povos nativos indígenas, e na região do Alto Vale do Rio do Peixe predominaram os povos do tronco linguístico Jê, em destaque os *Kaingang* e *Xokleng*. Com uma cultura baseada no contato com a natureza, esses antigos moradores tinham como base de alimentação fundamental o pinhão (VALENTINI, 2015), fruto das araucárias que cobriam a região com exuberância e grande volume.

O pinhão servia para alimentar os animais da região que completavam a dieta dos povos nativos, como a paca, cotia, porco do mato, queixadas e papagaios, que ofereciam a carne aos povos através da caça e coleta (VALENTINI, 2016). Nessa época, “a economia kaingang girava em torno de um pequeno percentual com base na caça e coleta, e, principalmente, da agricultura em pequena escala, variada, de base familiar extensa, na reciprocidade espelhada pelo sistema tradicional de parentesco, e troca de excedentes com vilarejos limítrofes à Terra Indígena” (WIJK, 2012, p. 175).

Mesmo com toda perseguição e violência com que foram tratados, não se questiona a importância dos nativos para a história do Brasil e nem a sua influência na história da região do Contestado. Paulo Pinheiro Machado (2004) fala sobre um grupo de indígenas que se apresentou em Lages, em 1829,

alegando que gostariam de viver entre os lageanos. Para inserir esses novos habitantes do núcleo urbano, a Câmara de Lages fundou o povoado de Curitibanos, que cresceu como povoado e se transformou no epicentro da eclosão da Guerra do Contestado.

Com o fim da guerra, a situação dos povos indígenas continuou precária, numa constante de ataques e cerceamentos, sendo forçados a migrarem e se aglutinarem em terras destinadas a eles de maneira arbitrária (WIJK, 2012), processo esse que não poderia prejudicar a continuidade do desenvolvimento republicano. Durante décadas, a vida dos nativos desta terra sofreu mutações e adaptações, pois suas terras foram reduzidas a pequenas glebas que em nada se comparavam às terras tradicionais, bem como a destruição das florestas impactou vertiginosamente na economia desses povos.

Além dos indígenas, os caboclos também se constituíram em moradores da região do Contestado a ocupar estas terras antes da chegada dos colonos. Se autodeterminavam como *Brasileiros*, já apontando as divergências ocasionadas pela chegada dos colonos à região. Outra das divergências é o outro termo utilizado para designar os antigos moradores da região. Os colonos, ao chegarem à região, cunharam o termo *Caboclos* (RENK, 1991) e assim passaram a se referir a seus novos vizinhos.

Sobre a população cabocla ou brasileira que habitava a região Oeste Catarinense, Alene Renk diz:

A população brasileira encontrava-se localizada na área, no sistema de posse, a partir de meados do século passado, levando um modo de vida tradicional, com agricultura em pequena escala – nas terras de plantar – e a criação de gado para consumo – nas terras de criar. Voltava-se, também, ao extrativismo da erva mate. (Renk, 1991, p. 1).

Aproveitando as terras devolutas disponíveis na região, os caboclos foram se estabelecendo e desenvolvendo lavouras e criações para sua subsistência, além de aproveitar o excedente para negociar com os tropeiros que passavam pela região. Outras saídas encontradas por esses moradores iam desde trabalhar em empreitadas nas grandes propriedades, ou trabalhar como peão de algum fazendeiro, em uma relação servil, com importantes laços de compadrio (MACHADO, 2004).

Aventurando-se em atividades diversas como assalariado, cultivando animais e pequenas plantações, esses brasileiros também se aproveitaram da extração de erva mate. Aliás, a ida para o trabalho nos ervais era recorrente e demonstrava uma clara redução das oportunidades que lhes apresentavam. E nessa labuta da erva ficava então à mercê da ocasião, sendo ervateiro, tarefeiro, enfrentando as adversidades e os estereótipos a si designados. Um trabalho e uma jornada familiar. “Se, de fora eles ‘não trabalham’, ‘eles só fazem isso [cortar erva mate] e ‘só sabem fazer isso’, de dentro, ‘tem que vir pra erva, é só o que dá (RENK, 2000, p. 41).

**FIGURA 02:** fotografia do caboclo ervateiro.



Fonte: Nosso Campo e tudo e mais um pouco (2012), disponível em: <http://nossocampojacu.blogspot.com/2012/05/caboclo-tomando-o-seu-terere-do-santo.html>

A família cabocla possuía a liderança do pai, o chefe da família, que ditava as regras e definia as jornadas e responsabilidades. Entre as atividades do chefe da família e dos demais homens estavam o cuidado com os animais que eram criados soltos, desde a alimentação à marcação (AURAS, 1984). Na

extração da erva mate, o chefe de família era o contratado e quem recebia o rendimento. O trabalho executado pela esposa e filhos era importante e fundamental, mas não era remunerado (RENK, 2000).

O papel da mulher não diferia do restante da sociedade à época, que cuidavam da casa, dos filhos e da agricultura de subsistência, mas acabava auxiliando também no corte da erva em época de safra (AURAS, 1984). Evidenciava-se assim a caracterização do trabalho de homem e do trabalho de mulher, cada um com suas obrigatoriedades que, no final, complementavam-se (RENK, 2000).

O trabalho nos ervais era laborioso e exigia dos caboclos empenho e dedicação para conseguirem o provento necessário para o sustento.

Outro argumento externo é o da desqualificação do ofício, traduzido na jornada do trabalho “sem horário” e “sem responsabilidade”. Estas questões, internamente, apresentam outras nuances. Tomando-se a jornada de trabalho, o pagamento é feito por tarefa, por arroba extraída, onde o tarefeiro administra o seu horário, ritmo e intensidade. “Faz o horário.” “Quer cortar, corta; não quer, não corta mas não ganha.” Na safra, no corte, embora “no mando do patrão” o tarefeiro “se governa” em relação ao horário”. Enquanto chefe do grupo doméstico, administra quem vai, quem fica (se for o caso), quantas horas de corte e o ritmo. No entanto, apesar de “se governar”, a autonomia fica falseada por haver um limite, nem sempre presente e perceptível no discurso ao extrator (RENK, 2000, p. 254).

O caboclo que não trabalha, que não gosta do labor, que é preguiçoso, como isso seria possível sabendo de todas essas condições? Há aí diferenças culturais e ideológicas que com o tempo vão, ao mesmo tempo, se fortalecendo e se dissipando, mas que precisam ser problematizadas para que os modelos sociais de outros tempos não se repitam hoje em forma de preconceito. E se fizeres comparações com as condições de trabalho no Brasil nessa segunda década do século XXI verás semelhanças preocupantes, demonstrando ainda mais a importância do estudo da história em tempos sombrios como os de hoje.

Indígenas e caboclos são grupos imprescindíveis de se estudar para entender o início da ocupação da região do Alto Vale do Rio do Peixe. Região que possui alguns eventos significativos que estimularam essa ocupação de maneira efetiva, e que dão sentido e luz à história da região Sul como um todo:

- I – o comércio de gado entre São Paulo e Rio Grande do Sul no século XVIII;
- II – A revolução Farroupilha, ocorrida no Rio Grande do Sul entre 1835 e 1845;
- III – A Revolução Federalista, também ocorrida no Rio Grande do Sul em 1993 (AURAS, 1984, p. 25).

Todos esses acontecimentos possuem uma relação intrínseca com a história do alto vale do Rio do Peixe, como a Revolução Federalista no final do século XIX que se alastrou por toda a região Sul do Brasil, tendo seus desdobramentos também na região do Alto Vale do Rio do Peixe, nossa região de estudo. Sendo assim, são fatores que acabaram impactando na formação social e nos fluxos migratórios da região, que passou a ter novos contornos característicos após essas ocorrências.

### *2.1.1 Seguindo o caminho das tropas e dos tropeiros*

No século XVIII, a região central do Brasil efervescia com as atividades em torno do ouro. Montantes cada vez maiores de migrantes e imigrantes chegaram na região, alterando a situação demográfica do país daquele momento em diante. Desde as primeiras notícias dos descobrimentos auríferos, multidões correram às áreas de mineração, vindas de todo o Brasil e, posteriormente, também de Portugal.

Em poucos anos, aquelas regiões desertas transformaram-se na área mais densamente povoada das Américas, concentrando cerca de 300 mil habitantes por volta de 1750. A relevância trazida pelas atividades em torno do ouro, bem como o salto demográfico acabaram por gerar a necessidade de novos produtos e novos comércios, estimulando produtores e comerciantes de todas as regiões do país. Da região Sul foram requeridos os animais de tração, como mulas, cavalos e também o gado, que serviriam como meio de transportes de longo curso, utilizados por comitivas de cargueiros que trilhavam as mais difíceis picadas (MACHADO, 2004).

A atividade do tropeiro ganhou importância e evidência, pois sem outra alternativa a não ser levar os animais do Rio Grande do Sul até São Paulo por terra, a pé, esses caminhantes se lançam pelos caminhos do sertão com suas

propriedades vivas até as feiras em Sorocaba. Para tal aventura, utilizaram trechos e estradas abertas em outros momentos da história brasileira, como a atividade dos bandeirantes paulistas, que “na faina da escravidão vermelha, apesar de despovoador, resultou em incursões com abertura de veredas, de trilhas e de contato com as vastas áreas de campos e também com a da ombrófila mista<sup>3</sup>” (VALENTINI, 2016, p. 32).

Em 1727, Francisco de Souza e Faria recebeu autorização para abrir um caminho que ligasse o sul com a região central. Em 1728, atravessou os espaços de Serra Acima, partindo de Laguna e demorando perto de dois anos até chegar aos Campos de Curitiba (QUEIROZ, 1977). Souza e Faria encontrou algumas dificuldades além do caminho desconhecido para concluir seu objetivo. Sesmeiros se mostraram contrários à abertura da estrada pois isso:

excluía algumas comunidades dos lucros provenientes da intensa movimentação de semoventes. Quanto mais distantes das grandes rotas de circulação estivessem, menor o acesso aos lucros do comércio e menos valorizadas seriam as propriedades, pelas maiores distancias a serem percorridas para escoamento da produção (HAMEISTER, 2002, p. 106).

Entre os homens que se colocaram contrários ao empreendimento de Francisco de Souza e Faria estava Cristóvão Pereira de Abreu que, partindo de Sacramento em 1727, chegou a São Paulo em 1730. Encurtando os trajetos e evitando os caminhos mais íngremes, Cristóvão Pereira de Abreu se lançou com uma grande tropa de burros e foi o responsável por realizar melhorias, como a construção de pontes e estradas em locais menos acidentados que o caminho traçado por Francisco e Souza e Faria (SILVA, 2006, p. 91). Demorou 13 meses ao todo para fazer o trajeto que “partia de Viamão, seguia rumo ao norte até alcançar os Campos da Vacaria onde então cruzava o atual Rio Pelotas. Posteriormente, seguia em direção aos Campos de Lages e aos Campos Curitibanos e transpunha os rios Negro e Iguaçu, até os Campos Gerais de Curitiba” (SILVA, 2006, p. 96).

---

<sup>3</sup> “A Floresta Ombrófila Mista é tipo florestal de grande importância ecológico-econômico, por sua característica única de abrigar a conífera mais expressiva da vegetação brasileira – *Araucária angustifolia* (Bertol.) Kuntze” (NARVAES, I.S; BRENA, D.A; Longhi, S.J, 2005, p. 1).

Por seus serviços de melhorias na estrada e por estabelecer um trajeto mais curto e eficaz, Cristóvão Pereira de Abreu recebeu direitos sobre os que iriam utilizar a estrada, que recebeu alguns nomes, dentre eles o de Estrada Real de Viamão, conforme pode-se observar no mapa abaixo os diferentes caminhos das tropas<sup>4</sup>:

**FIGURA 03:** Mapa representando os caminhos das tropas ligando São Paulo ao Sul.



Fonte: Gazeta do Povo, 2014. O Primeiro Caminho das Tropas.

<sup>4</sup> A Coroa Portuguesa enxergou a importância que a estrada possuía para seus projetos e criou taxas sobre cada cabeça de gado que passe por ela (VALENTINI, 2016). Essa estrada foi o principal vínculo de união entre o Extremo Sul e o centro do Brasil até o final do Império (QUEIROZ, 1977).

Após a abertura da Estrada Real de Viamão, o surgimento das povoações ao longo do caminho foi apenas uma consequência da então promissora atividade.

A abertura de um “caminho”, para ligar a Colônia do Sacramento (antiga possessão portuguesa no Extremo Sudoeste do Uruguai) e os Campos de Viamão, a São Paulo, pelo interior do continente, afastado do litoral, foi o marco referencial do início do desbravamento e da ocupação do Planalto de Santa Catarina, cem anos depois das investidas paulistas aos aldeamentos jesuíticos dos Guarani (THOMÉ, 2012, p. 16).

Hoje, no traçado palmilhado pelos tropeiros, estende-se parte da BR-116, que liga o sul ao centro do país (VALENTINI, 2016).

Ainda sobre o tema:

O caminho das tropas pelo planalto não seguia um traçado único, possuía variantes que eram transitáveis dependendo da época do ano. Normalmente, as regiões de maior altitude e as serras que serviam de divisor de águas para diferentes bacias eram os locais mais preferidos de curso dos tropeiros (MACHADO, 2004, p. 61).

Além das características citadas, diferente do caminho que passava pelo litoral, no planalto era mais fácil encontrar extensos campos naturais, muito apropriados para descanso e internada das tropas de mulas (MACHADO, 2004). Sendo assim, a região do Alto Vale do Rio do Peixe estava no meio da rota que levaria esses animais do Sul para a região central do Brasil, servindo de trilha para os comerciantes, viajantes, tropeiros, que modificaram e marcaram os traços peculiares da história da região.

Para efeitos de comparação, cita-se dentro dessas peculiaridades a ocupação e colonização da região do Alto Vale do Rio do Peixe, que possui um histórico diferente da ocupação e colonização da faixa litorânea do estado. A região litorânea, a primeira a ser colonizada em Santa Catarina, era ocupada por povos indígenas diversos e foi colonizada por açorianos e madeirenses afeiçoados à beira-mar (entre 1748-1756) e depois por alguns milhares de imigrantes alemães e italianos.

Já a região Oeste era ocupada pelos povos nativos Jê e Guarani, que resistiam às tentativas de serem colonizados, contribuindo para o distanciamento

entre essas duas regiões, fato tão recorrente até os dias presentes. Para melhor entendimento, em 1848, o litoral catarinense possuía 80.000 habitantes e seis municípios constituídos<sup>5</sup>, enquanto a região serrana possuía apenas Lages como município constituído e com 6.000 habitantes<sup>6</sup>.

E foi a partir desses fatores que começaram a surgir no Rio Grande do Sul e no planalto de Santa Catarina, as estâncias para criação de muares, cavalares, bovinos, caprinos, transformando em estancieiros soldados espanhóis e portugueses que haviam lutado nas guerras guaraníticas (SOBRINHO, 2000). Esse gado vivia ainda solto pelos pampas, o que exigia pouco serviço de peões, fato que mudou posteriormente.

Por tudo aquilo que a atividade dos tropeiros representou para toda a região, novos personagens foram se fixando na região do Contestado. Em meio aos indígenas, “o caboclo vivia de forma rudimentar, simples, distante dos povoados e sem qualquer assistência. Eram os descendentes dos indígenas das florestas de araucárias, miscigenados com os primeiros espanhóis e portugueses a palmilharem estas terras” (VALENTINI, 2016, p 36).

### *2.1.2 Trabalhando com o gado e servindo os fazendeiros*

Aos poucos, as atividades ao entorno dos tropeiros foi se fortalecendo e se tornando essencial para os moradores da região obterem suas rendas e seu sustento. Assim, esses moradores passaram a trabalhar nas fazendas, onde poderiam ser os agregados dos grandes fazendeiros da região que, aproveitando os extensos campos disponíveis para a criação de gado, foram estabelecendo suas propriedades.

Nestas lides, o trabalho ficava sob responsabilidade do agregado: arrebanhar o gado criado solto, marca-lo, etc. Desenvolviam também uma agricultura de subsistência, em uma atividade realizada pelas mulheres, “explorando-se os terrenos vizinhos das casas” (AURAS, 1984, p. 28).

---

<sup>5</sup> São Francisco, Florianópolis, Laguna, Porto Belo, Biguaçu e São José.

<sup>6</sup> Informações retiradas de: AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*. Florianópolis: Editora UFSC: Assembleia Legislativa; São Paulo: Cortez Editora e Livraria, 1984.

Essas atividades ajudaram a transformar essa região em uma fronteira em expansão (MACHADO, 2004). Possesiros ocupavam as terras ainda não ocupadas antes da chegada dos fazendeiros. Depois eram desapropriados, expulsos, em procedimentos acompanhados de violência (AURAS, 1984). Assim foram se estabelecendo as relações de posse e de domínio nas terras do Contestado, manchadas de sangue e com a conivência dos acordos políticos entre fazendeiros e o poder público.

Desde 1831, quando o Governo Imperial instituiu a Guarda Nacional, os poderosos oligarcas locais, fazendeiros criadores de gado, confirmavam seus poderes assumindo o posto de “coronel” dessa milícia, passando a serem donos das terras e das gentes (AURAS, 1984). Essa relação de pertencimento não significava que os agregados faziam todas as vontades do fazendeiro. Brigas e assassinatos aconteciam em razão de diligências (MACHADO, 2004).

Fortaleciam, inclusive, essas relações sociais através de práticas como o apadrinhamento. Era comum o dono das terras se tornar padrinho da prole de seus agregados. Isso significava que os laços estavam firmados entre o padrinho e a família: o patrão assumia um conjunto de compromissos ligados ao auxílio do afilhado e da família, mas recebia em troca a lealdade do afilhado e do compadre (MACHADO, 2004). Significava, inclusive, estarem à disposição do “coronel” para qualquer situação que exigisse defesa, em uma espécie de força paramilitar (AURAS, 1984).

Mantiveram-se esses caboclos e brasileiros alheios aos processos e caminhos para se tornarem proprietários de terra, submetidos a vícios sistêmicos e condicionantes. Quando agregados, recebiam um terreno para cultivo próprio, com uma ou duas cabeças de gado. Quando a criação de gado desse agregado atingisse um número considerável, o proprietário do local ou comprava os animais, ou mandava o homem procurar outro local para se estabelecer. Em um primeiro momento, era possível encontrar terras devolutas para se estabelecer, fato que com o passar dos tempos foi se modificando, e conforme a oferta foi se escasseando, as tensões naturalmente cresceram (QUEIROZ, 1977).

## 2.2 Da lei de terras ao movimento de colonização no século XIX

O direito à terra no Brasil, historicamente, favoreceu aqueles que detinham o poder ou eram amigos dos que detinham o poder. As dificuldades da Coroa Portuguesa em encontrar interessados em colonizar o Brasil desde sua conquista em 1500 fez com que a Coroa lançasse mão de projetos já levados em outras colônias de sua posse. No Brasil, o regime de Sesmarias foi instituído, inaugurando uma tradição conhecida e praticada nos dias de hoje: latifúndios hereditários. Em uma carta de doação e foral redigida pelo rei D. João III, é possível observar o início da cultura acima citada:

Dom João III fazia doação ao capitão e "seus herdeiros e sucessores" de grande trecho (50, 80, 100 etc. léguas) da costa do Brasil junto a amplos direitos de jurisdição cível e criminal(...) Finalmente, a carta vinculava a capitania à família do capitão-donatário, prescrevendo, com todos os pormenores, a ordem de sucessão que incluía além dos descendentes masculinos e femininos, os ascendentes e transversais e até bastardos, e proibia qualquer alienação, divisão ou troca da capitania. (KAHN, 1972, p. 55)

Mesmo com o favorecimento e as facilidades propiciadas pela Coroa aos fidalgos, a ocupação e colonização das terras do Brasil dentro do sistema de sesmarias não foram fáceis. Analisando essas dificuldades de implantação e regularização, Márcia Motta aponta alguns problemas enfrentados pela Coroa Portuguesa a partir do século XVIII. Segundo a autora, um dos problemas encontrados se referia às incapacidades:

A incapacidade da Coroa de efetivamente controlar o cumprimento de suas exigências estimulava o crescimento da figura do posseiro, ou seja, aquele que se apossava de terras, pretensa ou realmente devolutas. Por conseguinte, a aceitação do posseiro na legislação sobre as sesmarias nas terras brasileiras, esteve relacionada aos esforços da Coroa em limitar o poder dos sesmeiros. Ao mesmo tempo, o sistema de posse tornou-se a expressão maior da realidade da ocupação das terras brasileiras. (MOTTA, 1996, p. 153)

Pelas dificuldades de exercerem suas funções e administrarem a colônia e, posteriormente, o império, problemas foram se sucedendo, exigindo ações do poder público. Nesse contexto, o ano de 1850 se destacou devido a importantes decisões que impactaram a história do Brasil. Um dos eventos marcantes desse

ano foi a promulgação da lei nº 601, que passou para a história conhecida como a Lei de Terras, que “como qualquer lei, ela esteve intimamente ligada ao passado e foi para dar conta dos problemas dele advindos que homens de várias tendências entraram e debateram, criticaram e defenderam na Câmara e no Senado (MOTTA, 1996, p. 200).

Esta lei “foi a primeira lei agrária ‘nacional’, de suma importância para a generalização da terra como mercadoria e a posterior superação do escravismo e consolidação de economia mercantil apoiada no trabalho livre” (ORTIZ, 2006, p. 42). Sob esse aspecto, José de Souza Martins (1979) articula os olhares para o caráter da propriedade capitalista da terra no Brasil, formada com a Lei de Terras de 1850, e o trabalho livre. Em uma brilhante e ao mesmo tempo contundente afirmação, diz que “se no regime sesmarial, o da terra livre, o trabalho tivera que ser cativo; num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa” (MARTINS, 1979).

Os grandes proprietários de terra, que também comandavam o sistema político brasileiro, articularam para que em suas mãos continuassem o poder e os privilégios. Se antes os escravizados eram a propriedade e estavam sob seu controle, assim que estes se tornaram livres, para suas mãos não ficarem vazias, garantiram que a nova representação de propriedade, a terra, já estivessem garantidas.

A Lei de Terras dispôs sobre inúmeras situações relacionadas à ocupação das terras brasileiras, tanto a situação das terras devolutas como às terras destinadas às reservas indígenas, por exemplo (MOTTA, 1996). Mas a lei não é só isso, é muito mais, representa mais por ser o resultado de décadas de disputas, discussões sem soluções incisivas e permanentes. Ou seja, tornou-se um mecanismo para tentar impor um fim aos litígios de terra que ocorriam no país, já que agora havia uma legislação reguladora. Porém, o que se viu na região do Alto Vale do Rio do Peixe após a aprovação da lei e o início das ações do conglomerado *Farquhar* foi o oposto: os litígios se multiplicaram e formaram as bases da Guerra do Contestado.

No mesmo ano da promulgação da Lei de Terras, foi também promulgado o fim do tráfico de escravizados no Brasil, que já vinha se

preparando para a abolição da escravidão. Ambos os acontecimentos fizeram aumentar as discussões acerca da mão de obra que passaria a ser utilizada nos campos e lavouras em substituição aos escravizados, afinal essa seria uma novidade na história do Brasil, que foi forjada pelo trabalho escravo de povos indígenas e africanos. Para tal, a mão de obra escolhida foi a dos imigrantes, que chegaram para suprir essa necessidade (ALVIM 1999), dando início aos movimentos migratórios intensos para o Brasil e que influíram diretamente na região do Alto Vale do Rio do Peixe.

O povoamento de Santa Catarina por imigrantes europeus, em uma empreitada organizada e pensada pelos próprios europeus teve seu início ainda no século XVIII, quando os portugueses trouxeram para Santa Catarina lusitanos da ilha dos Açores. Nos séculos seguintes, mais açorianos chegaram à ilha de Santa Catarina, ocupando a faixa litorânea das terras catarinenses

A escolha por imigrantes açorianos serviu para fortalecer o “espírito lusitano nas terras novas do domínio português. Dizia ainda que os açorianos tinham mais qualidades de inteligência, atividade e caráter do que os próprios filhos da velha metrópole” (BORGES FORTES, 1932). Nota-se o discurso de superioridade dos europeus sobre seu povo ante o povo brasileiro, contendo sempre a necessidade de afirmar que aqueles que partiram da Europa para o Brasil é que possuíam as condições necessárias para estabelecer os projetos pensados para as terras brasileiras.

Já na década de 1840, inicia-se Santa Catarina um programa de imigração que a colocou como uma das primeiras províncias a iniciar um projeto desse porte. Desse projeto foi propiciada a atividade de colonização com elementos europeus, não portugueses (PIAZZA, 1982). Esses novos personagens da colonização de Santa Catarina, incluídos em meio aos habituais habitantes das terras catarinenses, foram adotando suas práticas de forma natural, misturando-se a esses.

Outros imigrantes foram assentados em terras catarinenses a serviço de projetos de colonização oficiais, levadas pelo Estado, ou patrocinados, como as colônias ao longo da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, idealizadas pela *Lumber* (MACHADO, 2004). E a colonização de Santa Catarina por

imigrantes possuía uma característica importante de se destacar. Como mostra a Lei nº. 514. De 28 de outubro de 1848:

A cada uma das Províncias do Império ficam concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu território, seis léguas em quadra de terras devolutas, as quais serão exclusivamente destinadas à colonização, e não poderão ser arroteadas por braços escravos (PIAZZA, 1982, pg 107).

O trabalho escravo estava proibido<sup>7</sup> nas colônias da província, e permaneceu assim durante todo o processo. Isso demonstrava que, já em 1848, vivia-se uma espera pelo fim da escravidão. E demonstrava também uma outra característica das políticas de colonização do Brasil, pois mesmo sabendo que o fim da escravidão se aproximava, as terras do país foram destinadas aos imigrantes europeus, sem nenhuma política de acesso aos que, durante séculos, trabalharam como escravos.

Como no restante do país, a situação demográfica da região do Contestado também passou pelo processo da introdução de imigrantes colonizadores. Os imigrantes europeus, trazidos através de programas de colonização promovidos tanto por incentivos públicos como por empresas privadas eram colonos de origem alemã e, posterior e secundariamente, italianos e poloneses também, oriundos do Rio Grande do Sul e Paraná, que foram atraídos pelas propostas da empresa, fixando residência nas terras ao longo do vale do Rio do Peixe.

Na segunda metade do século XIX, houve também a chegada de imigrantes alemães ao planalto. Eram provenientes das colônias de Rio Negro, no planalto paranaense, e de Blumenau e Joinville, em Santa Catarina. Este deslocamento foi de famílias e indivíduos avulsos, em pequeno número. Não vinham como colonos para pequenas propriedades, como no Vale do Itajaí (MACHADO, 2004, p. 72).

Assim, indígenas, caboclos e imigrantes foram sobrevivendo dentro de suas expectativas e realidades, que se misturavam conforme os tempos passaram. A questão dos imigrantes provocou sérios problemas ao final do

---

<sup>7</sup> Isso não significa que não houve a utilização de mão de obra escravizada em Santa Catarina, pois assim como o tráfico ultramarino de escravizados permaneceu ocorrendo após a proibição, o trabalho escravizado clandestino também ocorria em terras catarinenses.

império de D. Pedro II, opondo ideologias distintas e seus argumentos. De um lado, haviam interessados trazer imigrantes para as terras brasileiras para que ocupassem pequenas propriedades, gerando uma democratização das terras e diminuindo as desigualdades ante esse tema. Porém, do outro lado, estavam os grandes proprietários de terra, defensores da grande propriedade. Estes enxergavam o imigrante como mão de obra substituta aos escravizados nas plantações de café, sobretudo, sem intenções destes se tornarem pequenos proprietários.

Dentro do contexto da aprovação da Lei de Terras, o imigrante europeu, trazido ao Brasil para ser colono enfrentaria as mesmas dificuldades e cerceamentos que os brasileiros já sofriam em relação à ocupação das terras. Foram tão vítimas do poder capitalista quanto os indígenas e os caboclos. As agruras que tornaram indígenas, caboclos e imigrantes antipáticos entre si representavam os tentáculos de uma orquestrada e comum ação estatal, colocando os trabalhadores uns contra os outros, mantendo-os sob sua custódia.

### 2.3 Contestações nas disputas públicas pelas terras da região

Com a Proclamação da República em 1889 e a reorganização da máquina estatal, os governos estaduais passaram a deter o controle das terras públicas em suas jurisdições, fato este que agravou as tensões referentes o processo de ocupação dessas terras, pois os governos estaduais eram ocupados justamente pelos coronéis proprietários de terra, que distribuíam as terras com facilidades a seus protegidos, aumentando as expulsões daqueles que seriam agora considerados intrusos (QUEIROZ, 1977).

Com seus poderes aumentados, os representantes dos governos de Santa Catarina e Paraná protagonizaram a mais longa disputa de limites estaduais no Brasil, que acompanhou o processo de povoamento, ocupação e colonização que alcançou o Extremo Oeste Catarinense (VALENTINI, 2016). A Guerra do Contestado está intrinsecamente relacionada a essas questões limítrofes e suas delimitações, que atingiram as mais variadas esferas jurídicas

e políticas e por isso a compreensão desses fatos se torna crucial para o entendimento do contexto que antecedeu o processo colonizador na região.

A ocupação oficial da região do Contestado tem com marco inicial a fundação de Lages, em 1766, por iniciativa do governo da província de São Paulo, mediante ordens da Coroa Portuguesa, objetivando regularizar o caminho das tropas, bem como assegurar a posse portuguesa em territórios disputados com a Coroa Espanhola. Em 1820, por decisão do rei, o município de Lages foi anexado ao território de Santa Catarina (MACHADO, 2004). Essa decisão foi amplamente utilizada pela defesa de Santa Catarina na questão, para reivindicar a posse sobre a região. Porém, por si só, essa transferência não resolveu a pendenga.

Os argumentos utilizados pelos dois lados para justificarem suas premissas eram distintos e levavam em consideração seus interesses próprios. Santa Catarina se baseava nas instruções coloniais, que garantiam o domínio sobre todo o território circunscrito aos limites naturais ao sul dos rios Negro e Iguaçu. Já o Paraná defendia sua jurisdição baseando-se em outros documentos coloniais, junto do argumento do *uti possidetis*, uma vez que por esse princípio o Brasil garantiu sua soberania sobre muitos territórios desde o Tratado de Madrid, em 1750, como em muitos arbitramentos e acordos com vizinhos, inclusive com a Argentina, no final do século XIX (MACHADO, 2004).

No ano de 1853, o Paraná se desmembrou da província de São Paulo e passou a querer firmar suas posses sobre as terras do oeste de Santa Catarina, alargando ainda mais o seu já mais extenso território (AURAS, 1984). E essas questões se arrastaram por anos, tendo na retórica política sua maior ação e com grande participação dos jornais, tanto de Florianópolis, quanto de Curitiba, no papel de abrir espaço para a guerra verbal e acirrando os ânimos entre os representantes do povo (AURAS, 1984).

Elói Giovane Muchalovski analisou os discursos presentes em jornais catarinenses e paranaenses, na região dos vales dos rios Timbó e Paciência, entre os anos de 1900 e 1908. Muchalovski detalha o uso dos periódicos pelos políticos para divulgação de suas atividades administrativas, ocasionando conflitos entre as redações, o fechamento e o surgimento de novos periódicos,

que levavam para a imprensa as disputas políticas entre distintos grupos da elite catarinense, exemplificados nos embates entre o jornal *O Dia*, de viés Laurista<sup>8</sup>, e o *República*, liderado pelo político republicano Hercílio Luz (MUCHALOVSKI, 2018, p. 83), ambos da capital catarinense.

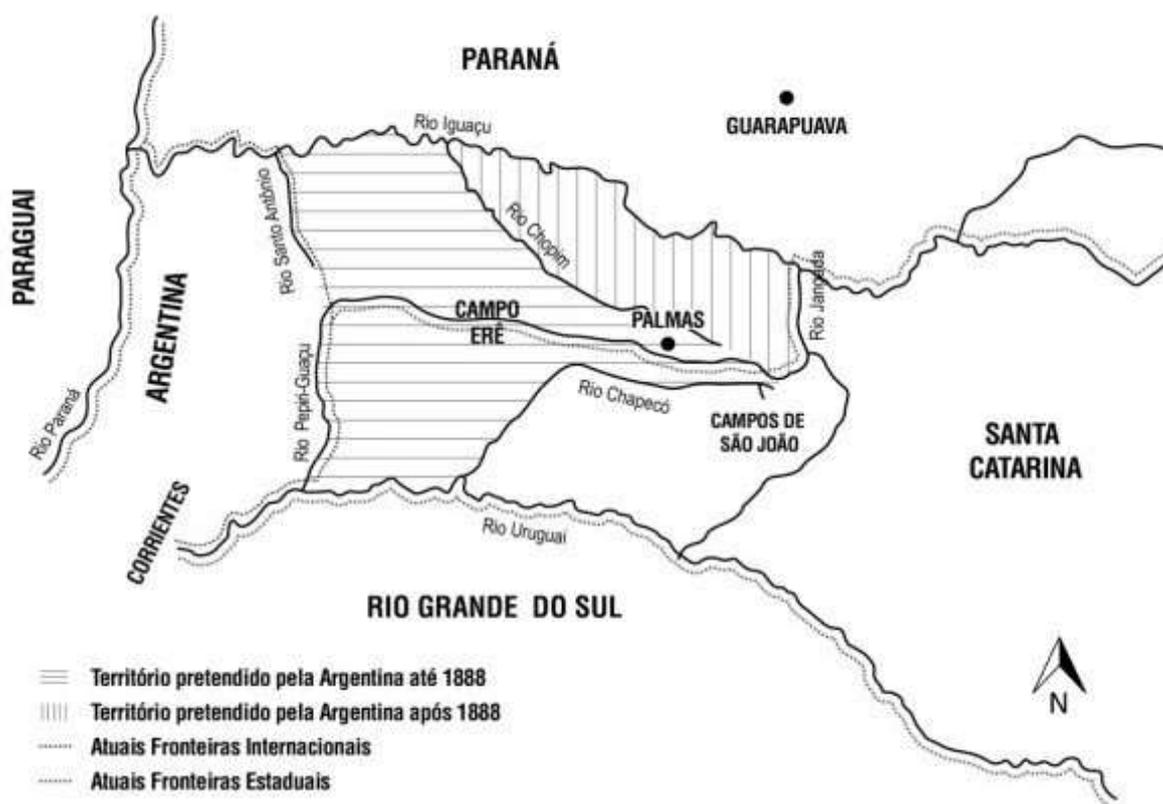
No estado do Paraná três jornais: *A Notícia*, *Diário da Tarde* e *A República*. Tanto o *A Notícia* quanto o *A República* eram jornais ligados ao Partido Republicano do Paraná, sendo este último porta-voz oficial do Partido. O *Diário da Tarde*, bastante popular na época pesquisada (1900-1908), preferia uma posição isenta e de caráter popular, com uma linha irônica e assertiva. Foi o periódico que mais abordou a Guerra do Contestado e a Questão de Limites entre Paraná e Santa Catarina, sendo sua criação, segundo seu criador, justamente para “defender a causa do Paraná na Questão de Limites” (MUCHALOVSKI, 2018, p. 94).

Em meio às diligências entre Paraná e Santa Catarina pela demarcação de suas fronteiras e a disputa territorial, a Argentina surgiu como requerente da mesma região, entendendo que o oeste catarinense lhe pertencia. A Questão de Palmas, como ficou conhecido esse processo entre Brasil e Argentina, foi levada para o arbitramento internacional, que teve como juiz o presidente dos Estados Unidos da América, Glover Cleveland que, em 1895, deu ganho de causa para o Brasil (AURAS, 1984).

**FIGURA 04:** Mapa ilustrando a região da Questão de Palmas que envolveu Brasil e Argentina.

---

<sup>8</sup> Lauro Müller, chefe do Partido Republicano em Santa Catarina.



Fonte: Readaptado de BARROS, 1980, p. 59. Organização e arte Thiago Ribeiro

Com a questão de Palmas finalizada, as atenções voltam-se novamente para as disputas entre Santa Catarina e o Paraná. Os argumentos paranaenses, como dito anteriormente, eram baseados no *uti possidetis*, alegando que a maioria da população que ocupava a região Contestada era proveniente exatamente do Paraná e, por isso, essas terras pertenceriam ao mais novo estado sulino.

A questão é que essa população havia sofrido com expropriações e grilagens em seus antigos locais de moradia e partiram em busca de novas terras onde pudesse se estabelecer em paz. Esses fatores levaram a população da região a ficarem ao lado de Santa Catarina nas disputas (MACHADO, 2004).

Em 1904 a questão envolvendo os dois estados chegou no Supremo Tribunal Federal (STF), que deu ganho de causa para Santa Catarina. A questão voltou à Suprema Corte mais duas vezes, em 1909 e 1910, e em todas as

sentenças, a causa foi dada como vitoriosa para Santa Catarina (VALENTINI, 2016). Isso demonstrou a organização e a unidade política dos catarinenses. Essa união foi a arma encontrada por Santa Catarina, pois seus representantes sabiam que o estado era mais pobre e menos populoso que o vizinho do Norte, precisando compensar essa inferioridade em com uma firme articulação política nacional (MACHADO, 2004).

O Paraná não concordou com nenhuma das sentenças. Argumentaram que o STF tinha a prerrogativa de julgar o caso, mas não de executar a sentença, fato que caberia ao poder central realizar, e acreditavam que sucumbiria à forte pressão política exercida pelas autoridades paranaenses (MACHADO, 2004). E essa demora na execução da sentença abriu espaço para diferentes interpretações na região e um grande número de casos de violência que se desenvolveram no decorrer dos anos.

Desses casos de violência que ocorreram enquanto o STF analisava a situação é possível notar a ação de alguns grupos armados que agiam na região de maneira independente (MUCHALOVSKI, 2018). Vários foram os casos de assassinatos e confrontos na região durante o período, como o fato acontecido em 1905, que envolveu Demétrio Ramos, ex-combatente rio-grandense da Revolução Federalista que, assim como muitos outros, se estabeleceu em terras catarinenses ao fim do conflito.

Segundo relatos, circulava a história de que Demétrio Ramos invadiria União da Vitória, local paranaense, com 500 homens armados, o que fez com que uma força paranaense, com 400 homens armados, organizada pelo juiz de União da Vitória, invadisse o Vale do Timbó, onde estava Demétrio Ramos, que foi preso e acabou desaparecendo logo depois (MACHADO, 2004), (MUCHALOVSKI, 2018).

Esse foi um episódio entre tantos que aconteceram na região durante todo o tempo em que o processo de ocupação e colonização ocorreu. Essas escaramuças serviram para criar grupos armados a serviço de um ou de outro litigante, aumentando assim a circulação de armas de fogo na região contestada. Contribuiu também para a potencialização da violência na região, pois encontrou

nessas diligências um campo fértil para sua confirmação e propagação (AURAS, 1984).

Em relação à presença da violência na região, Duglas Teixeira Monteiro comenta que “o mundo do sertão do Contestado é unanimemente descrito como um mundo de violência. Violência por questões de honra, violência por questões políticas, violência por questões de terra” (MONTEIRO, 1974, p. 37). A utilização da violência para a resolução de quaisquer questões contribuiu para a construção de uma normalização da violência, que passa a interferir diretamente nas rotinas das vidas dos moradores da região, como em questões de violência familiar, agressões às mulheres e no entendimento da violência como corretivo educacional para as crianças.

E a Questão de Limites entre Santa Catarina e Paraná teve seu desfecho em 1916, logo ao final da Guerra do Contestado, quando o presidente do Brasil, Wenceslau Brás, reuniu os governadores de Santa Catarina, Felipe Schmidt e do Paraná, Afonso Camargo, para assinarem o Acordo que estabeleceu os limites entre as duas partes discordantes (AURAS, 1984). O acordo foi acatado pelos dois lados com certa resiliência, pois as marcas da guerra e de todo o tempo de litígio ainda eram recentes. Na região do Contestado, o término da pendenga deixou marcas na memória dos moradores (VALENTINI, 2016). Marcas que ainda não cicatrizaram decorridos mais de um século do final dos fatos narrados.

#### 2.4 A Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande e a presença dos colonos

Ao mesmo tempo em que nos tribunais ocorriam as disputas pela região Contestada, na própria região se iniciara a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul (EFSPRG). A construção de uma ferrovia colonizadora se tornou fundamental para o processo de ocupação por parte dos colonos e tal foi a importância da construção da ferrovia que ligou os estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul que a história da região Contestada pode ser dividida em

duas partes, tendo o antes e depois da construção da ferrovia como marco histórico a definir duas etapas distintas (VALENTINI, 2016).

Os motivos que levaram o Estado brasileiro a investir na construção de uma ferrovia ligando o centro ao Sul do país abarcam fatores distintos e fundamentais, mas que se relacionam entre si e dão base para este grande projeto. Partindo desse pressuposto, faz-se uma abordagem de alguns desses fatores fundamentais, com o objetivo de elucidar as razões que levaram à construção da EFSPRG, para daí sim, compreender os impactos que os cortes de suas linhas proporcionaram à população da região do Contestado.

Um dos motivos que levaram à construção da EFSPRG coincide com a Questão de Palmas, definindo os limites entre Brasil e Argentina. O arbitramento favorável ao Brasil nesse caso, ocorreu no ano de 1895 e, a primeira concessão para a construção da EFSPRG, saiu no ano de 1889, seis anos antes de sair o resultado do arbitramento, demonstrando o interesse imediato do governo brasileiro em criar as condições necessárias para enfrentar os debates e as razões contestadas na disputa e concretizar sua jurisprudência na região.

A partir da urgência em se criar tais condições, surgiram projetos e ações afim de “levar e manter as pessoas na região. Ferrovia, terras, companhias colonizadoras e atividades econômicas rentáveis (erva-mate e madeira) eram as condições necessárias para definir as fronteiras. A função do Estado seria conceder privilégio para a construção de ferrovias e conceder terras devolutas para a colonização” (GOULART FILHO, p. 106, 2009).

Outra das questões motivadoras para a construção da EFSPRG refere-se às mudanças econômicas ocorridas no final do século XIX no Brasil, como a expansão da produção de café em regiões como São Paulo e o crescimento da produção de erva-mate e de madeira em Santa Catarina e no Paraná, necessitando de melhor infraestrutura para potencializar tanto a produção quanto o escoamento dos produtos para os portos e assim serem exportados.

Em decorrência da construção da EFSPRG, o comércio das terras impactadas pelo empreendimento para imigrantes também se colocou como importante fonte de renda, atraindo os serviços de companhias colonizadoras que mapearam, estruturaram e venderam as terras da região para imigrantes

que colonizaram o povoaram a região do Contestado (AURAS, 1984); (ESPIG, 2012); (GOULARTI FILHO, 2009).

**FIGURA 05:** Mapa apontando o traçado da EFSPRG passando pela área de conflito da Guerra do Contestado.



Fonte: Adaptado de PERTILE (2008)

O mapa aponta o trecho da EFSPRG que ligou União da Vitória, no Paraná, e Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul, denominada de Linha Sul da EFSPRG (ESPIG, 2012). Este trecho passou pela região, abrangendo as cidades do meio oeste catarinense como Videira, Rio das Antas, Caçador, entre outras, sendo o ponto central das questões de mobilidade e ocupação territorial da população na região do Alto Vale do Rio do Peixe.

Os direitos referentes à construção do trecho analisado estavam com o engenheiro João Teixeira Soares, através do decreto nº 10.432/1889, assinado pelo imperador D. Pedro II e ratificado pelo decreto nº 305/1890, pelo governo

provisório da República<sup>9</sup>. Tais decretos garantiam ao engenheiro grandes vantagens em relação à exploração das terras por onde a ferrovia passaria. Através do decreto de 1889, o governo concedia uma extensão de 30km de terras de cada margem da linha para o responsável pelo empreendimento. Já o decreto de 1890 modificou essa resolução, diminuindo para 15km a extensão de terras que seriam doadas (MACHADO, 2004, p. 143).

Sempre que esses dados são apresentados eles chamam a atenção para a grandiosidade dos fatos. Ter 15km de terra para exploração é algo importante e implica em várias questões, principalmente na vida das pessoas que moravam há muito tempo nas terras então cedidas ao empreendimento da EFSPRG.

Os trabalhos de construção da ferrovia andaram em ritmo lento até 1906, quando apareceu na história do Contestado a *Brazil Railway Company*. A empresa estadunidense, liderada pelo magnata Percival Farquhar, que adquiriu os direitos sobre a construção do trecho da Linha Sul da ferrovia que ligaria o Oeste catarinense com outras linhas férreas do mesmo grupo em São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná (VALENTINI, 2016, p. 51). Após a aquisição, a *Brazil Railway Company* passou a empregar agilidade e assim acelerar a construção<sup>10</sup>. Para tal aceleração do processo, a empresa contratou um grande número de trabalhadores<sup>11</sup> para dar conta de finalizar o trecho da Linha Sul dentro do prazo estipulado.

Sobre esses trabalhadores, empenhados na construção da Linha Sul da ferrovia durante sua fase mais intensiva, que corresponde ao período de 1907 a 1910<sup>12</sup>, Paulo Pinheiro Machado (2004) analisou as obras clássicas com o tema

---

<sup>9</sup> Em 15/11/1889 ocorreu o golpe da Proclamação da República, depondo o imperador D. Pedro II e dando fim ao império brasileiro. Assumiu a presidência de maneira provisória o marechal Deodoro da Fonseca, quem assinou o decreto de concessão de direitos a Teixeira Soares (AURAS, 1984).

<sup>10</sup> Para mais detalhes, ver: ESPIG, Marcia. "Uma Ferrovia estratégica"? A atuação da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande durante a Guerra do Contestado (p. 214-216). In: ESPIG, M. MACHADO, P. VALENTINI. D. (orgs). Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-2012). Pelotas. Editora da Universidade Federal de Pelotas. 2012.

<sup>11</sup> Sobre os trabalhadores da EFSPRG, ver a tese de doutorado de Márcia Jante Espig: Personagens do Contestado: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande

<sup>12</sup> "No auge da construção, em janeiro de 1910, existiam seguramente mais de sete mil operários envolvidos neste trabalho, sendo possível que o número atingisse cerca de oito mil homens" (ESPIG, 2012, p. 216).

Guerra do Contestado para tentar esclarecer o perfil dos trabalhadores. Muitas obras citam a origem de muitos dos operários sendo principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, como faz Maurício Vinhas de Queiroz, por exemplo, quando diz que os trabalhadores “eram contratados principalmente no Rio e em Pernambuco” (QUEIROZ, 1977, p. 71).

Contudo, Paulo Pinheiro Machado diz que “sem podermos delimitar com clareza a proporção dos trabalhadores provenientes de fora, é possível inferir que os homens da região compunham a maioria dos trabalhadores” (MACHADO, 2004, p. 144). Assim sendo, o autor considera “ter havido uma generalização apressada, com o fim de atribuir a determinadas pessoas de fora da região um papel de destaque que não exerceriam no futuro movimento rebelde” (MACHADO, 2004, p. 145).

Destacar o perfil dos trabalhadores é importante, pois auxilia no entendimento do papel indissociável e fundamental daqueles que já viviam na região do Contestado antes da chegada da EFSPRG e que sofreram com todo o processo da construção da ferrovia. Para corroborar com essa percepção, assim escreveu Paulo Pinheiro Machado:

É destacável que, com as várias questões distintas que formavam o âmago da guerra, os sertanejos sempre demonstraram ter consciência das condições políticas e sociais da marginalização que sofriam, sabendo que esta era uma guerra entre ricos e pobres, que era uma luta contra um governo que defendia os interesses dos coronéis que dominavam a região e dos estrangeiros que estavam invadindo seus locais de vivência e sustento, remodelando o cenário através da violência e da exclusão. Essa consciência destrói o discurso midiático e oficial da época, que estigmatizava os sertanejos como “fanatizados”, “bandidos”, revoltosos sem uma causa coerente e que estavam em um movimento que visava o retorno do império e, assim sendo, eram inimigos da república e do progresso. (MACHADO, 2004, p. 26)

Mais do que levar trabalhadores e construir a Linha Sul da EFSPRG, a *Brazil Railway Company* ocupou-se também em explorar as terras que a ela ficaram incumbidas após assumirem a responsabilidade pelas obras na ferrovia. Os 15km de terras de cada margem da ferrovia ofereciam muitas possibilidades, tanto que em 1909, a *Brazil Railway Company* criou uma empresa subsidiária para explorar justamente essas terras. Essa empresa era a *Southern Brazil Lumber Company*, que em 1913 sofreu uma pequena alteração estatutária e

mudou sua denominação para *Southern Brazil Lumber and Colonization* (ESPIG, 2012, p. 42). Assim sendo, passa agora o conjunto de empresas dirigidas por Percival Farquhar a dominar a exploração dos recursos naturais da região, bem como tratar a sua colonização.

Aos poucos, a *Lumber* foi exercendo seu poder e seus direitos, atuando na expulsão e expropriação dos moradores das terras que, por lei, agora eram suas. Esse processo de expropriação incidiu em grandes danos para os antigos moradores da região do Contestado, que perderam os lugares que habitavam e exploravam para seu próprio sustento por décadas, enquanto companhias colonizadoras mapearam, lotearam e negociaram seus ranchos com autoridade e naturalidade, em ações que modificaram para sempre a história da região do Contestado.

A construção da EFSPRG e a conseqüente chegada dos colonos europeus promoveram interferências e mudanças na vida dos moradores antigos. Mudanças que modificaram e exterminaram práticas culturais desses povos em substituição aos modos de vida utilizados e adotados pelos novos povos dominantes (MACHADO, 2004). São questões como essas que contornaram, ao longo do tempo, a relação entre seres humanos que, com seus estilos de vida e visões de mundo diferentes, passaram a dividir o mesmo espaço de terra.

### 3 ATUAÇÃO DE COMPANHIAS COLONIZADORAS NA REGIÃO DO CONTESTADO

*“Essas terras não tinham dono, essas terras eram de Deus” – Vitalino Faletti<sup>13</sup>*

Passada a Guerra do Contestado e estabelecidos os limites entre os estados de Santa Catarina e Paraná, os dois estados iniciaram movimentos sobre as terras às quais passaram a lhes pertencer. Se antes existia uma insegurança enquanto a aplicação de investimentos na região devido à questão limitadora, agora a colonização passou a ser não apenas “pensada”, mas “sentida” enquanto problema político pelo poder público (PETROLI, 2011. p.6).

Com as mudanças pelas quais o mundo passava no início do século XX, após a Primeira Guerra Mundial e suas consequências políticas, sociais e econômicas, o Brasil também passava por transformações. Crescia o desejo quase urgente de promover no Brasil uma modernização, alinhando o país à nova configuração geopolítica mundial. Em uma região considerada atrasada como a região do meio oeste catarinense, esforços deveriam ser tomados para modernizar a região. Era preciso implantar o progresso.

Surgiram companhias responsáveis pela organização e venda de lotes de terra, em um movimento de ocupação daqueles lugares antes ocupados por povos indígenas, caboclos ou brasileiros e uma fauna exuberante que moveu o desejo capitalista que se apossou da região durante a construção da EFSPRG e a própria Guerra do Contestado.

Com propósitos estabelecidos e interesses próprios, empresas colonizadoras iniciaram seus trabalhos, atuando no reconhecimento e planejamento das ações que seriam executadas. Colonos foram chegando à região através dos trilhos da EFSPRG, ou de seus próprios esforços, buscando a estabilidade tão sonhada.

Em um processo complexo e interessante, a história da região do Contestado transformou-se através das ações dos agentes históricos que se

---

<sup>13</sup> Afirmação dada em entrevista no dia 15 de abril de 2010. SCAPIN; SPRICIGO. Arroio Trinta: Distância que separa, raízes que unem. Curitiba. Vale Visare. 2010.

estabeleceram por ali, dando contornos e sentidos diversos, que permeiam as vidas das gerações que nesta região viveram e ainda vivem.

### 3.1 Resignificações e rearranjos da terra no Alto Vale do Rio do Peixe

Historicamente, a ocupação das terras no Brasil durante o Século XIX estiveram nas mãos daqueles que possuíam relações próximas com a corte ou com o governo imperial. Aqueles que não possuíam tanta proximidade se ocuparam da prática do apossamento das terras devolutas, fato que gerou desconforto já no período imperial, provocando as discussões que levaram à aprovação da Lei de Terras de 1850, regulamentada em 1854.

Com as novas definições acerca da posse da terra, onde a aquisição só seria alcançada pela compra, no caso da região meio oeste de Santa Catarina, a situação da população sertaneja, que não gozava de laços de poderes, nem de acesso à informação e à formação necessária para encarar o momento pelo qual o país passava, ficou ainda mais complicada. Passaram a sofrer ainda mais com os processos de expulsão e expropriação exercidos pelos grandes proprietários de terra que, baseados na nova legislação, impuseram seus direitos através principalmente da violência.

Ainda sobre o processo de consolidação da propriedade privada no Brasil e as dificuldades encontradas pelos caboclos em se adequarem aos novos momentos do país, é notória a dificuldade dos caboclos em se adequarem às mudanças que ocorriam sobre a legislação e posse da terra. Porém, há de se ressaltar que a legislação vigente, a famigerada Lei de Terras, de certa maneira abriu espaço para a legitimação da posse da terra por esses caboclos, que costumeiramente se utilizavam do apossamento das terras como prática. Como explica Tarcísio Motta de Carvalho:

Apesar de significar um importante instrumento na consolidação da propriedade privada da terra no Brasil, a lei abria uma brecha a fim de possibilitar aos pequenos posseiros a garantia de posse de suas terras cultivadas. É claro que a garantia no texto da lei não significava a garantia plena da posse na prática, pois o poder dos grandes senhores e possuidores de terras se fazia valer, na maioria das vezes, pela violência da expulsão. Mas, ao buscar critérios universais que a legitimassem, a lei se transformava em mais um elemento na

construção das noções de justiça e direito dos sertanejos que habitavam a região do Contestado (MOTTA, 2008, pg. 288).

A brecha que o autor se refere é o art. 5º da lei, que determinava que “Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas, ou com principio de cultura, e morada, habitual do respectivo posseiro, ou de quem o represente” (BRASIL, 1850). Mas como pode ser observado, a aplicabilidade da lei nem sempre aconteceu, tendo colaborado, inclusive, para mais episódios de violência praticadas pelos grandes proprietários, pois era através dessa violência que as letras da lei eram validadas ou não, favorecendo os interesses daqueles que detinham esse poder: os grandes proprietários de terras.

Entretanto, todos esses acontecimentos não passaram despercebidos pelos caboclos do Contestado e tiveram um efeito importante para a formação do ideário de justiça e direitos dessa população. Direitos vividos e constituídos em uma sociedade sem a presença do Estado, adquirindo então conotações e proporções de relevante importância e respeito entre os habitantes dessas terras.

Já na última década do século XIX, o advento da construção da EFSPRG serviu para lançar novos ingredientes em uma receita já bastante complexa. Mais do que apenas construir uma ferrovia, a exploração madeireira e a posterior colonização das terras foram motivo de grandes preocupações e atenção do conglomerado pertencente a Percival Farquhar. Sobre essa questão, Rosângela Cavallazzi traz uma afinada análise, evidenciando aquilo que teria sido o ponto alto de atuação das empresas do Grupo Farquhar na região:

Entretanto o ponto primordial de atuação foi, sem dúvida, no processo de colonização da região, vez que todas as áreas de terras havidas por concessão em virtude do contrato para a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, deveriam ser devidamente aproveitadas sob pena de reversão para o Governo Federal, no prazo de 50 anos, a contar da concessão original, ou seja, 1890. Desta forma, atuando, diretamente em ponto crucial do sistema econômico, social e político da região - a terra, teve a Empresa estrangeira o privilégio de atingir direta ou indiretamente toda a sociedade, notadamente aguçando os conflitos internos já latentes como por exemplo o explicitado no Conflito do Contestado (CAVALLAZZI, 1983, p. 48).

Toda a preocupação em fazer valer as cláusulas contratuais e garantir as vantagens oferecidas pelo governo brasileiro dentro do prazo estabelecido fez com que a atuação das empresas do grupo Farquhar, em todos os seus segmentos, incluindo o corpo de segurança, fossem ainda mais endurecidas durante esse processo. De tal modo, desencadeou-se um aceleração nos processos de expropriação e expulsão dos caboclos de suas posses, aumentando entre estes o sentimento de revolta e injustiça com toda a situação, bem como serviu também para reforçar as estruturas da desigualdade que ainda marcam a região.

Durante as décadas de 1920 e 1940, a região do Contestado passou a ser motivo de grande interesse de segmentos da sociedade nacional e internacional. Com o fim da questão de limites entre Santa Catarina e Paraná, da Guerra do Contestado e com a EFSPRG em pleno funcionamento, retomamos a contribuição de BORELLI (2006) utilizada no início do capítulo anterior, que falava que uma nova era se iniciava com a construção da EFSPRG na região do Contestado. Agora, essa “nova era” se consolidava na prática.

### 3.2 As Companhias Colonizadoras do Alto Vale do Rio do Peixe

“A geografia brasileira seria outra se todos os brasileiros fossem verdadeiros cidadãos. O volume e a velocidade das migrações seriam menores. As pessoas valem pouco onde estão e saem correndo em busca do valor que não têm” (MORAES, 2019). Essa afirmação de Milton Santos demonstra um importante aspecto que ronda os processos migratórios: a busca de dias melhores. Pessoas de todas as partes do mundo deixam suas casas todos os dias para buscarem em um novo local, pois onde estão não encontram oportunidades, tendo na migração a esperança de dias melhores.

E Santa Catarina foi um dos destinos requeridos por migrantes durante a virada do século XIX para o século XX. Para efetivar um crescimento econômico e social na então província, se fez necessária a intensificação da colonização do local, o que fez Santa Catarina iniciar um programa de imigração até 1840 (PIAZZA, 1982), demonstrando sua vocação para receber imigrantes,

fato observado durante muito tempo e que moldou a história do local, requerendo atenção e a preocupação dos seus governantes.

A colonização da região contestada intensificou-se após a finalização do conflito e a assinatura do acordo de limites entre Santa Catarina e Paraná, em 1916, definindo históricas pendências entre esses dois estados da nação. Esse projeto de ocupação e exploração da região se deu, então, pelos imigrantes europeus e suas culturas, e a atuação das companhias colonizadoras na organização e disposição desses imigrantes na região teve grande impacto e importância para a história da região. Nessa época que foram criadas algumas cidades importantes para a história da região do Contestado: Chapecó, Cruzeiro (atual Joaçaba), Mafra e Porto União, todas criadas conforme a lei 1.147/1917.

A intenção de colonizar as terras com imigrantes ou migrantes de origem europeia era uma preocupação existente desde o início da construção da EFSPRG. No primeiro contrato assinado pelo governo imperial e Teixeira Soares, responsável inicial para realização da obra, entre as cláusulas existentes no contrato estabelecia que “a Companhia deveria estabelecer em terras a serem demarcadas até dez mil famílias de agricultores nacionais e estrangeiros, no prazo máximo de quinze anos. Cada família teria direito a um lote de terras de dez hectares e uma casa construída (ESPIG, 2012, p. 863). A constituição de uma colonização caracterizada pela agricultura familiar, com pequenas porções de terra que poderiam ser adquiridas pelos colonizadores com algumas facilidades contratuais.

Com a mudança da monarquia para República, os acordos e contratos feitos com Teixeira Soares foram revistos pelo novo governo. Os investimentos na colonização diminuiriam enquanto os esforços se voltaram para a construção da EFSPRG.

Por colonização, José Carlos Radin traz uma definição que esclarece o termo e elucida:

Colonização significa todo o processo efetivado pela atuação das companhias colonizadoras, da divisão das terras em pequenos lotes agrícolas à ocupação pelos colonos migrantes. Tal divisão das terras se dava com o intuito de facilitar a venda, uma vez que havia demanda por esse tipo de lote, em especial nas antigas áreas coloniais, e pelas características físicas da região. Assim, a colonização é todo o

processo de reconstrução do espaço que se deu a partir da migração, por isso se refere menos às áreas de campo onde prevaleceu a pecuária extensiva (RADIN, 2006. p. 14).

Mas o processo de colonização não foi simples. As notícias referentes à Guerra do Contestado e suas consequências afastavam colonos que, somando essa situação à distância e inacessibilidade da região, acabou causando um atraso e uma ressignificação nos planos de colonização. A *Brazil Development & Colonization Company* resolveu vender as terras em sua posse para empresários que construíram companhias para realizar a ocupação do espaço. O governo de Santa Catarina também participou desse processo oferecendo facilidades e incentivos para a iniciativa privada (RADIN, 2006). Essas facilidades atraíram vários empresários para a região, com o intuito de aproveitar e lucrar com esse negócio. Assim surgiram as companhias colonizadoras, que ganhavam proporção e importância no povoamento da região, aumentando sua rede de atuação e de poder.

Como exemplo, podemos citar algumas das companhias colonizadoras que atuaram na colonização do oeste catarinense. Eram elas:

Bertaso, Maia & Cia.; Companhia Colonizadora Sul Brasil; Empresa Chapecó-Peperi; Volksverein Kolonization; Empresa Construtora & Cia. Colonizadora Oeste Ltda; Brun, Grando & Cia; Colonizadora Barth, Anoni Cia. Ltda; Barth, Benetti & Cia Ltda; Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi; Empresa Colonizadora Irmão Heinard; Fiorino Antônio; Irmãos Pandolfi, Pinho & Terras Ltda; Sociedade de União Popular (WAGNER, 2005, p. 46-50)

O poder de atuação das companhias colonizadoras ganhou proporção em decorrência do fato de que o Estado julgava ser incapaz de dar sequência ao projeto de colonização da região, e assim justificou a passagem dessa responsabilidade às empresas privadas. Essa mistura entre os interesses públicos e privados é que ordenou a ocupação do território até então “despovoado e atrasado”, como afirmavam o poder público, os intelectuais, as mídias e o poder dominante à época (RADIN, 2006).

Para dar continuidade a seus projetos, as companhias colonizadoras utilizaram a publicidade para atrair o interesse dos colonos à região. Divulgavam assim “a fertilidade do solo, os baixos custos de aquisição e a existência de caça

e pesca abundantes para atrair agricultores gaúchos e imigrantes europeus” (MURARO, 2015, p. 177). E funcionou, pois, com a ajuda dessas peças publicitárias, muitos colonos embarcaram para essas terras, mas o que encontraram não foi o prometido. Havia muito trabalho pela frente.

Se por um lado essa migração de colonos para as terras do Alto Vale do Rio do Peixe atendeu aos interesses da classe dominante através das ações e esforços das companhias colonizadoras, por outro lado isso impôs aos antigos moradores da região, uma realidade com poucas soluções: ou se adaptavam ou se excluía. Como afirma Arlene Renk:

A introdução de valores externos deixou à população local as opções: adaptar-se ou ficar excluída, isto por duas razões. A primeira seria a desestruturação do modo de vida anterior à colonização; a segunda, pelo descompasso criado entre o *habitus* da população e as estruturas econômicas introduzidas com a colonização. O *habitus* não se transforma com a rapidez exigida pelas mudanças. A desestruturação de um modo de vida anterior, com a desorganização da base morfológica do grupo de posseiros, alterou os diversos níveis de vida dessa população (RENK, 2006, p. 40).

Nesse sentido, as companhias colonizadoras trouxeram à região do Contestado ideais que outrora não faziam parte do seu habitat natural, exigindo da população local uma adaptação a um modo de vida diferente do seu habitual. O oposto também ocorreu, e os colonos também assimilaram algumas características pertencentes aos caboclos. Essas contradições serviram para reforçar, ainda mais, o discurso de que os caboclos significavam o atraso e que os colonos que na região chegavam significavam o salto para o progresso, reforçando com isso também os preconceitos. Às companhias colonizadoras interessava, então, vender terras de boa qualidade a pessoas de boa qualidade (RENK, 2006), estes representados pelos colonos.

Para a adaptação das comunidades locais ao novo pensamento estabelecido pelas companhias, instituições como a igreja e a escola foram importantes para a consolidação dos novos ideais (RADIN, 2006). Enfrentando a cultura e a religiosidade tradicional das populações locais, a elite fora modernizando o pensar e o viver conforme seus interesses, atribuindo formas de

vida e comportamento que foram mais assimiladas por aqueles que traziam consigo um alinhamento à essas ideias.

A política de colonização empregada pelas companhias colonizadoras, que estavam de acordo com os interesses do poder público, deu sequência aos problemas sociais existentes na região. A população cabocla residente na região do meio oeste não foi contemplada com as colônias vendidas pelas companhias colonizadoras, ao contrário, acabaram sofrendo a continuidade do processo de expulsão das terras, que teve seu início na construção da EFSPRG e seu auge na Guerra do Contestado. Esta população permaneceu excluída, considerada incapaz de dar sequência à desejada “modernização do país”.

Sofrendo com a superlotação nas terras no Rio Grande do Sul e o aumento significativo do preço das mesmas, teutos e ítalo-brasileiros foram alvos das campanhas publicitárias das companhias colonizadoras para dar continuidade à ocupação das terras (BRANDT, 2007). Sobre a escolha destes personagens para a realização de tal tarefa: eram os descendentes de imigrantes aqueles que representavam melhor os interesses do sistema político brasileiro no momento, aqueles que trariam o progresso e a modernidade para a região.

As companhias colonizadoras fizeram o levantamento das terras, dividiram as colônias, abriram picadas, limpavam áreas e, a partir daí, iniciaram as propagandas para convencer aqueles que se estabeleceriam na região. A viagem até as terras catarinenses não era simples. Através da ferrovia, as famílias migrantes chegavam nas estações, de onde se deslocavam para as colônias adquiridas. Os trajetos eram feitos a pé, no lombo de animais, transportando seus filhos em cestos de taquara (SCAPIN; SPRICIGO, 2010). Uma longa jornada que levava dias para ser cumprida e que ao mesmo tempo significava o início de uma nova vida nas novas terras, também evidenciava a situação de dificuldade em que se encontravam os colonos em suas terras de origem.

Foram inúmeras as companhias colonizadoras que atuaram na região do Contestado. Scapin e Spricigo fizeram um levantamento claro e preciso e trouxeram alguns exemplos, entre outros:

Nos anos 20 José Petry comercializava os lotes rurais da denominada Colônia Petry, gleba situada nas imediações da estação de Rio Bonito (Tangará). Foi criada em 1923 a Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ghilardi & Cia, cujas possessões incluíam inicialmente terras à margem direita do Rio do Peixe, abrangendo entre outros as áreas dos hoje municípios de Joaçaba, Catanduvas, Jaborá, Presidente Castelo Branco, Ouro, Peritiba e Concórdia. No final dos anos 20 foram comercializadas terras da Colônia Irany através da firma Ângelo de Carli, Irmão & Companhia. A Empresa Povoadora e Pastoril Theodore Capelle & Irmão, pertencente ao francês Theodore Jean Leon Capelle, com sede na cidade de São Paulo colonizou parte da Fazenda Parampo, a gleba Rancho Grande, comercializando também as terras das propriedades de Rio das Antas (dentro da concessão XV de Novembro) e Rio Preto. Na margem esquerda do Rio do Peixe, na área do atual município de Videira – na época Estação Rio das Pedras pertencente ao Município de Campos Novos, grande parte das terras foram comercializadas por Augusto e Reynaldo Piccoli. As glebas compradas pelos irmãos se transformaram na denominada Colônia Piccoli, constituíam-se anteriormente de terras adquiridas do fazendeiro camponovense Luiz Carlos Stefanos, parte de concessões da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande e ainda inúmeras propriedades de pequeno e médio porte legitimadas através de títulos de posse (SCAPIN; SPRICIGO, p. 127-128, 2010).

Tanto as empresas citadas quanto outras que ficaram fora desse apanhado buscavam lucrar com tais atividades. Homens com visão de futuro e dinheiro aproveitaram a oportunidade para aumentarem seus capitais e promoveram grandes transformações na região que acabara de passar por níveis elevados de tensão com a Guerra do Contestado (SCAPIN; SPRICIGO, 2010).

Os descendentes dos antigos posseiros que lutaram ou não no conflito e que ainda estavam na região, resistiram. E a resistência desses posseiros, caboclos, brasileiros significou aumento nos esforços despendidos pelos empresários para darem prosseguimento no projeto de colonização. Nos projetos em vigor, esses brasileiros não faziam parte dos planos e sempre foram tratados com violência.

Na região surgiram novas localidades que se transformaram em municípios conhecidos nos dias atuais, como é o caso de Videira. Em 1909 foi construída na região do atual município, na margem esquerda do Rio do Peixe, um centro de comando da construção da ferrovia, que em 1921 passou a chamar Estação Perdizes, sendo elevada a distrito de Campos Novos pela Lei Estadual nº 337, em 12 de abril de 1927. Já na margem direita do rio encontrava-se a Vila

de Vitória, que pertenceu a Cruzeiro (atual Joaçaba), sendo elevada a Distrito de Caçador em 1934.

Com a atuação das companhias colonizadoras, os colonos foram chegando à região e se estabelecendo tanto nas terras próximas à ferrovia, quanto nas mais distantes, realizando incursões em matas cerradas e terrenos montanhosos e construindo comunidades. Ao mesmo passo que se estabeleceram, nutriram desejo de ver o local elevado à situação de município, fato que ocorreu em 1º de março de 1944, recebendo o nome de Videira (SCAPIN; SPRICIGO, 2010).

As terras da região chamavam a atenção de moradores de outras regiões de Santa Catarina e também do Rio Grande do Sul devido à sua organização e infraestrutura, que impulsionados pelas propagandas – além de algumas situações como esgotamento das terras, famílias grandes, intrigas locais, entre outras – migraram para as terras do meio oeste em busca de novas oportunidades.

**FIGURA 06** - Ponte Luiz Kellerman. Videira – 1935<sup>14</sup>.



<sup>14</sup> Na imagem se observa as duas vilas: à esquerda da imagem ficava a Vila de Vitória, e na margem direita ficava a Vila Perdizes. Fonte: Site Oficial da Prefeitura de Videira. Disponível em: <https://www.videira.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/74782>.

Nesse mesmo sentido observa-se uma localidade vizinha a Videira, situada no atual município de Fraiburgo. Em 1929 foi instalada a Colônia Marechal Hindemburgo, atualmente conhecida como Dez de Novembro (BRANT, 2010, p. 196). A região era tida como desocupada pelos relatos oficiais, mas sabe-se que não era bem assim, pois na região habitavam os caboclos.

Os colonos que chegavam à região se estabeleciam de maneira espalhada em lotes ao longo dos trilhos da EFSPRG. Dando sequência à ocupação das terras,

no ano de 1933, na gleba de Dez de Novembro, em uma área de 704.500m<sup>2</sup>, atravessando o antigo caminho entre Perdizes e Curitibanos, foi realizada a Colonização José Petry, dividida em 116 lotes e 24 chácaras, originando o núcleo da localidade. Muitos colonos que adquiram esses lotes eram originários das áreas de colonização germânica do Rio Grande do Sul, buscando novas terras para plantar ou para começar algum negócio. (BRANDT, 2010, p. 199).

Para o estabelecimento desses colonos ocorreram vários processos de expulsão e expropriação dos caboclos, inclusive com ações na justiça para tal despejo. Famílias com mais condições e sorte conseguiram regularizar suas terras e permaneceram no local, mas esses representavam a minoria dos casos. E os colonos chegaram impondo seu modo de vida, devastando matas, derrubando centenárias araucárias no processo de preparação das suas lavouras. Em contrapartida, dentro de uma visão capitalista que corrobora com os planos para a região, trouxeram com isso também progresso e desenvolvimento da região, estabelecendo pequenos postos comerciais, moinhos e empreendimentos que atendiam a demanda regional (BRANDT, 2010).

O estabelecimento da terra como propriedade privada, meio para a produção de riquezas, atraiu empresários para a região meio oeste de Santa Catarina na busca por lucros e crescimento. Ao mesmo tempo, significou e impulsionou os processos de expulsão dos caboclos de suas terras. “Em função de sua filosofia de vida, contrária a esse processo de apropriação e acumulação,

o caboclo foi esquecido e sua passagem é, para muitos municípios, um demérito ou algo a ser omitido da história oficial” (POLI, 2006, p. 168).

Partiram então os caboclos à procura de um lugar para se estabelecer, adentrando ao interior da região, ocupando as terras que ainda não estavam sob controle das companhias colonizadoras e dos colonos. Formaram assim a “frente da frente” da colonização, ou seja, chegavam numa região ainda não explorada, realizavam a derrubada da mata e uma ocupação inicial do local, quando posteriormente eram novamente expulsos, reiniciando a busca por seu espaço (POLI, 2006).

Como posseiros estabelecidos, os caboclos poderiam exercer seu direito de posse das terras, mas muitos desistiam por não terem condições de arcar com os custos para tal, como os serviços de medição e demarcação do território. Ficavam trabalhando para os novos donos das terras ou saíam em busca de um novo local (POLI, 2006), em uma vida de errantes em uma luta contínua por dignidade e pela sobrevivência.

A história é implacável e elucida questões que, à época de seu acontecimento, podem ter sido propositadamente escondidas, relegadas, esquecidas. E a história da colonização da região meio oeste catarinense após a Guerra do Contestado escondeu durante anos as características excludentes e preconceituosas com os caboclos.

A ideia de estabelecer na região um projeto de desenvolvimento e progresso de modernização acabou por favorecer a chegada e instalação de colonos de descendência europeia na região por serem considerados mais adequados para alcançarem seus objetivos. Como consequência, a população cabocla que residia na região sofreu com a continuação da perseguição e expulsão de seus territórios, lançando mão de estarem em constante busca por novas terras para morar, encarando o desconhecido e inúmeros desafios.

Este projeto articulado e realizado pelo poder público, conivente com o setor privado, durante as primeiras décadas do século XX, que passou pela instalação de núcleos de colonos com ideias como o branqueamento da região, substituindo os caboclos pelos colonos como forma de alinhar a região ao progresso e à modernidade, sustentando preconceitos que perdurariam.

### 3.3 Discursos oficiais<sup>15</sup> e ideias de progresso

No cerne da questão sobre o progresso na região contestada estavam os homens e as mulheres que seriam os responsáveis por executar este projeto. Enfatiza-se a existência de uma dualidade entre o *moderno*, representado pelo imigrante europeu, o chamado colono, e o *arcaico*, sendo este representado pelos trabalhadores brasileiros, os caboclos (MOTTA, 2008).

Uma dualidade utilizada para garantir a retórica e a consumação do projeto que foi pensado para a região contestada, que precisaria dar um salto para a modernidade, para o progresso, mas que esbarrava na existência das culturas e práticas caboclas. Paulo Zarth, analisando a obra de Jean Roche, comentou sobre essa dualidade e sobre a preferência pelo trabalhador europeu: “nesse discurso, o colono europeu seria o legítimo portador do espírito de progresso do capitalismo, ao passo que o caboclo brasileiro estaria representando o tradicionalismo, o atraso” (ZARTH, 2009. p. 225).

Corroborando com esse pensamento, o autor levantou algumas razões para essa preferência pelo colono europeu quando na ocupação das terras na região contestada, destacando a condição de comprador de terras do colono europeu. Sendo comprador das terras, os colonos europeus passariam a fomentar o recém instaurado mercado das companhias colonizadoras na região, gerando também renda para o Estado, agradando todos os lados do poder envolvido (ZARTH, 2009).

Fato é que a presença do caboclo significava um empecilho para a continuidade e progresso do projeto de imposição do capitalismo na região contestada. Progresso esse que só seria possível se levado pelos colonos europeus, que era considerado como um personagem “associado à ideia de progresso, de civilização, de desenvolvimento, de capitalismo. Ou seja, um camponês plenamente integrado ao mercado, tanto como produtor como consumidor” (ZARTH, 2009. p. 225).

---

<sup>15</sup> Por discursos oficiais subentendem-se os discursos proferidos por representantes públicos como prefeitos, governadores, presidentes, secretários de estados, funcionários públicos falando em nome do Estado, entre outras opções semelhantes.

Entre 1914 e 1926, o Brasil viveu a terceira fase ou ciclo de imigração internacional (GRAHAM, 1973). Depois desse período houve um processo de desaceleração dos movimentos imigratórios, os governantes manifestavam suas preocupações com o futuro de seus estados ante essa questão em relação aos habitantes de suas respectivas jurisdições. As políticas de valorização do café da década de 1920 não foram acompanhadas por um crescimento industrial, como fora logo após a 1ª Guerra Mundial, o que diminuiu os recursos e necessidades de novas pessoas para o trabalho (GRAHAM, 1973). Essa nova industrialização e essa nova necessidade surgiu na década de 1930, e fora desempenhada desta vez por movimentos migratórios internos.

Seguindo com sua entrevista, o governador catarinense mencionou uma certa preocupação com a região do Contestado, dizendo que:

[...] todos os filhos do Estado já têm compreensão plena e grande alcance da reivindicação do ex-Contestado. É uma fortuna e infelizmente está ainda pouco povoado: entretanto é exuberante e prova tem dado que ha de ser breve um respeitavel valor economico do Estado. Prosperam rapidamente as suas industrias: madeira e herva-mate (REPUBLICA, 1920. p. 01)

Percebe-se o interesse econômico do governador sobre a região do “ex-Contestado”<sup>16</sup> quando evidencia a prosperidade das indústrias madeireiras e da erva-mate para transformar a região em um importante centro econômico do estado. E o governador trata das reivindicações da região de maneira exclusivamente econômica, excluindo a questão social, pois afirma que o local está “ainda pouco povoado”, sem mencionar a guerra que foi travada na região poucos anos antes de sua fala, nem a população que por lá residia.

Exclui também de seu discurso de governador o fato de que a região, antes mesmo da chegada da ferrovia e seus apêndices, já se destacava pela produção de erva mate e de madeira. A produção madeireira continuou sendo durante a primeira metade do século XX uma das principais atividades

---

<sup>16</sup> A denominação de “ex-Contestado” aparece em inúmeros documentos, fontes e bibliografias do início do século XX, próximo dos momentos finais da Questão de Limites entre Santa Catarina e Paraná, bem como da própria Guerra em si.

econômicas da região. Porém, a partir de 1941, de uma forma mais disciplinada e mais produtiva (PETROLI, 2011. p. 16)

Tais práticas compunham o modo de viver das famílias moradoras do local. Percebe-se, porém, que o tom e o teor da declaração do governador evidenciam a busca em se escrever uma nova história, sobre uma nova perspectiva, partindo da premissa e dos olhares dos colonos imigrantes como gentílico modelo, ignorando de certa forma a contribuição da população cabocla que historicamente ocupavam a região.

As primeiras décadas do século XX se colocaram na história como um momento de reorganização da região conforme os interesses do governo estadual. A vida no campo passou por modificações importantes, que influenciaram o modo de vida dos habitantes do local e dos que por lá chegaram. O objetivo do campo agora era a produção e o próprio mercado. A fertilidade do solo, as boas condições climáticas e a existência da cultura do trabalho tornavam o Oeste Catarinense a mais importante das regiões do Estado em termos agrícolas (PETROLI, 2011).

E esse trabalho no campo seria realizado pelos imigrantes que chegaram na região, oriundos do estado vizinho do Rio Grande do Sul. José Arthur Boiteux, em uma conferência realizada após viagem realizada pela comitiva do então governador catarinense Adolfo Konder para o Oeste do estado em 1929 falava que

[...]os novos colonos para as glébas catharinenses já são todos nascidos no visinho Estado sulino, descendentes de italianos e alemães, toda uma gente forte e decidida, disposta ao trabalho, levando áquelles rincões, até ha pouco incultos por abandonados, a prosperidade e a riqueza, os referidos logares apresentam agora apreciáveis elementos de progresso, para nós constituindo uma agradável surpresa e já nos preparando o espírito para muitas outras[...] (BOITEUX, 1931, p. 10)

Era o pensamento da elite catarinense (e brasileira) na época, encontrando nos imigrantes europeus e nos seus descendentes os exemplos perfeitos para o progresso. Assim, as práticas de trabalho dos “brasileiros” moradores históricos da região, espoliados pela guerra, tornavam-se ineficientes, confirmando um discurso preconceituoso. Arlene Renk sinaliza que:

essa matriz é resultado do processo de colonização com descendentes de europeus, os de 'origem' (europeia), em oposição aos autóctenes, os 'brasileiros'. Aqueles advogam-se a condição de portadores de um *ethos* de trabalho, construtores de uma região, opondo-se aos 'brasileiros'. As posições sociais no espaço social estão claramente delimitadas, o que resultou em ofícios étnicos (RENK, 2005, p. 127).

Um conflito plantado e suplantado entre povos, projetos e compreensões diferentes de mundo. Se o colono europeu simbolizava o progresso, a possibilidade de sucesso do projeto capitalista desenhado para a região do Contestado devido ao seu modo de viver e de ser, o caboclo, o indígena, o morador histórico da região representava um modo de viver distinto, mas humanamente aceitável e pródigo. Dizer, com mentalidade e conceitos do século XXI como deveria se organizar a sociedade do século XX é tender ao anacronismo. Mas acreditar que seres humanos diferentes poderiam ter convivido com suas diferenças, sem a necessidade de se excluir um para existir o outro, é acreditar sempre em um mundo possível e inclusivo, para todos.

Com todos os acontecimentos que permearam a região contestada no início do século XX, trazendo para a região novos contornos e possibilidades, dando um novo rumo para a história local, concretiza-se nesse espaço uma configuração peculiar, realinhando a ordem historicamente estabelecida. “Nela, estranhos, passaram a ser os que habitavam as terras e os forasteiros é que se sentiam amparados pelos costumes e pelo direito” (RADIN, 2006 p.58).

Nas antigas colônias de imigrantes no vizinho estado do Rio Grande do Sul estavam aqueles que seriam cooptados para realizar a tarefa de ocupar as terras da região do Contestado. Homens e mulheres buscando melhorarem suas vidas e que possuíam no âmago de sua história a luta por dias melhores, desde a partida dos primeiros imigrantes da Itália até aquele momento.

Imigração e Itália possuem uma relação intrínseca. Conforme o estudo de Franzina (2006), com dados detalhados em tabelas, a Itália sempre esteve na dianteira dos processos migratórios para a América entre o período de 1876-1901. Vez ou outra o Reino Unido fez frente aos números italianos, mas o fato é que muitos italianos buscaram outros lugares do planeta para viver durante o período citado. Sendo assim, qualquer governante, qualquer movimento político

que chegasse ao poder naquela país, teria que lidar com essa questão de uma maneira ou de outra.

Ao mesmo tempo, a busca por uma nova oportunidade de se estabelecer e viver dignamente acompanhava a vida de milhares de italianos. Com a consolidação do capitalismo no país, diversos estudos acabam por remeter os fluxos migratórios entre os séculos XIX e XX às escolhas da classe dirigente italiana para promover e instrumentalizar tal prática.

Esse era um problema não resolvido na vida econômica e social da Itália (FRANZINA, 2006). Uma questão que influenciou também os governantes daquele país, que precisaram buscar soluções e saídas, afetando inclusive o ditador fascista Benito Mussolini que, durante seu governo, se debruçou sobre a questão, tendo os impactos dessas ações chegados em Santa Catarina, conforme divulgação pela imprensa oficial local em 1928.

Um emaranhado de acontecimentos que se misturam a outros, como a Guerra do Contestado, que possibilitou uma nova área de colonização após as atrocidades acometidas durante o conflito. A região Contestada passou então, após o conflito, a ser um novo destino de migrantes, recebendo também a atenção e a preocupação de governantes. Aos novos moradores que chegavam no local, novos desafios os aguardavam.

### 3.4 Eugenia e branqueamento: um projeto de país em prova no Contestado

Os teóricos dos movimentos e ideias de eugenia acreditavam que o desenvolvimento, o progresso e a civilização de uma nação passava por um aperfeiçoamento da raça humana. Vários eram os meios para se chegar a esse aperfeiçoamento, mas na América Latina os eugenistas teriam “incentivado o desenvolvimento de uma eugenia ‘preventiva’, apostando em projetos de reforma social para melhorar as características de sua população (SOUZA, 2012).

No Brasil, os pensadores da eugenia tinham ideais mais brandos, observando com mais atenção questões morais como os valores familiares. E

esses ideais eugenistas atuavam em vários setores da sociedade, procurando reformar e reconstruir também valores morais e sociais em busca dessa nova sociedade almejada. Referente à propagação desses ideais no Brasil, WOITOWICZ afirma o seguinte:

o condicionamento do futuro do País pelas características das raças que o compunham foi determinante, uma vez que dizia respeito à tentativa da jovem nação se igualar aos demais países considerados civilizados. Assim, juntamente com um projeto de desenvolvimento urbano, espalha-se entre os “homens de letras” a condenação de formas de cultura e religiosidade popular como parte do processo de urbanização (WOITOWICZ, 2015, p. 90).

Há nessa citação uma importante menção sobre algo muito presente na vida dos caboclos da região do Contestado, que é a religiosidade popular. A região do Contestado era muito conhecida por possuir uma forte crença nos monges João e José Maria, por ser alheia à religião tradicional, desenvolvendo assim uma religiosidade popular. Nesse sentido, se nacionalmente a nova ordem estava por condenar a religiosidade popular como parte do processo em busca da modernidade desejada, isso implicou de várias maneiras nos moradores da região do Contestado, em mais uma etapa de negação do seu modo de vida.

Dentro dos interesses nacionais, políticos e intelectuais, de uma reconfiguração racial, o caboclo do Contestado apresentava um empecilho com suas representações, onde passaram a ser retratados, inclusive pela imprensa, como “um problema não só social, na medida em que se considerava que a herança étnica poderia inferir negativamente nos destinos de um povo” (WOITOWICZ, 2015, p. 89). Nesse sentido, os investimentos e a preferência pelos imigrantes atendia também a esse aspecto.

Ou seja, “a imigração constituía-se na oportunidade, tão esperada, de ‘civilizar’ o universo rural e, mais ainda, o conjunto da sociedade, reequilibrando o povoamento do território em favor da população branca” (RADIN, 2006, p. 12). São processos, ações e atitudes que foram promovendo uma transformação social na região do Contestado, onde os caboclos da região continuaram a ser preteridos, agora também por serem quem são, perdendo seus espaços em favor dos colonos que chegaram à região.

Como continuação desse processo de transformação, com o passar dos tempos, os caboclos nativos<sup>17</sup> da região passaram a ser reconhecidos como “de fora”, o “outro”, que era estranho à região, enquanto os colonos que na região chegaram e suas culturas e características passaram a ser reconhecidos como os pioneiros. Essas diferenciações foram se desenvolvendo e ficando imbricadas no pensamento regional. “A expressão comum, entre os de origem, no caso os italianos, para designação aos sem origem é a seguinte: sem origem “cani, negri e corvi, tutti compagni (cachorros, negros e corvos, todos iguais) (RENK, 2006, p. 39)”.

Os preconceitos e visões construídos nesse processo, presentes na região do Contestado, são reflexos dos ideais eugenistas em vigor no país. O povo caboclo, o nativo, da região passou a ser estereotipado das mais variadas formas, recebendo alcunhas pejorativas que contribuíram para a construção da noção conflituosa e preconceituosa em relação a ele, até como um ser perigoso:

Além disso, havia a estereotipia da população nativa ser perigosa. O perigo era sempre traduzido como uma população desconfiada, para a qual não adiantaria falar em prender os animais; ofendia-se facilmente e, além disso, era classificada de vingativa. Lógico, sempre há um espaço para as exceções e, esporadicamente, um nativo é lembrado “como negro que até parecia gente branca (RENK, 2006, p. 44).

Todos os estereótipos construídos e fomentados durante os tempos foram parte fundamental na formação social na região do Contestado. As consequências dos processos vistos até aqui não passaram incólumes pela história, gerando um campo amplamente desfavorável para a população cabocla, que buscou alternativas para se manter e resistir.

E nessa história, tanto caboclos como colonos, moradores da mesma região, sofreram com o descaso e o abandono dos poderes públicos, ficando alheios e à mercê de suas próprias condições e enfrentamentos. Isso implicou em um desenvolvimento desfavorável, que levou a região do Contestado a ser a região catarinense com os piores índices socioeconômicos, que não apenas

---

<sup>17</sup> A utilização do termo ‘nativos’ vem no sentido de se referir aos caboclos, que já estavam na região antes da chegada dos migrantes e imigrantes de descendência europeia.

números estatísticos, mas que refletem a qualidade de vida das pessoas deste lugar.

## 4 – POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: AS CONSEQUÊNCIAS DO CONFLITO ARMADO E DO PROCESSO COLONIZADOR NA REGIÃO DO CONTESTADO

*Herdei um campo onde o patrão é rei  
Tendo poderes sobre o pão e as águas  
Onde esquecido vive o peão sem leis  
De pés descalços cabresteando mágoas  
(Herdeiro da Pampa Pobre - Gaúcho da Fronteira/Vaine Darde)*

Este último capítulo trata sobre os impactos das ações promovidas pelo capital estrangeiro, em parceria com o governo brasileiro e suas ideias e projetos, como continuidade das transformações ocorridas na região do Contestado.

Como visto nos capítulos anteriores, que versaram sobre o histórico de ocupação e desenvolvimento histórico, econômico e social da região do Alto Vale do Rio do Peixe, as terras e as pessoas da região sofreram com as influências e imposições dos projetos capitalistas aplicados na região por entes públicos e privados. Essas imposições, durante o tempo, construíram uma nova região do Alto Vale do Rio do Peixe, no cerne daquilo que os impactos da Guerra do Contestado e suas consequências puderam representar para a história das pessoas da região, fazendo com que seja possível analisar dados, pesquisas e estudos que trazem verdades sobre essa região que precisam ser debatidas e encaradas.

### 4.1 A GUERRA DO CONTESTADO E A MOBILIDADE DOS POSSEIROS NAS TERRAS DEVOLUTAS

#### 4.1.1 O Corpo de Segurança da Lumber e a expulsão dos posseiros

A Guerra do Contestado iniciada em 1912 com a batalha do Irani foi o início das tensões que a região do Contestado vivenciou nas décadas que precederam o conflito, resultando em consequências para a vida das pessoas e

para a história. Em relação à situação fundiária da região, a guerra proporcionou uma ressignificação histórica dos procedimentos até então adotados e das identidades até então construídas.

Nesse sentido, a *Lumber* atuou na região em razão de seus direitos conquistados com as concessões feitas como parte dos acordos assinados para a construção da EFSPRG, sendo determinante aqui o direito às terras situadas nas margens da ferrovia. Nestas terras habitavam caboclos, moradores históricos da região, com um modo de vida singular e acostumados e incorporados ao seu habitat. Habitavam também ex-funcionários da EFSPRG, que permaneceram na região após a finalização dos trabalhos da construção da ferrovia.

Dentro das ações tomadas pela *Lumber* na busca pela garantia de seus direitos está a criação de um Corpo de Segurança. Sobre esse grupo, suas atribuições e ações, Tomporoski explica:

As atribuições do corpo de segurança consistiam na proteção do patrimônio e das instalações da empresa, na manutenção da disciplina, repressão aos protestos dos operários e na expulsão ou assassinato de posseiros em terras de interesse da companhia. O grupo assegurava à companhia exercer o poder, de fato, sobre toda aquela região, em especial, sobre seus domínios (TOMPOROSKI, 2013, p.179).

Eram homens contratados que possuíam um passado de violência e experiência com armas de fogo (ESPIG, 2008), agindo para defender os bens materiais da empresa. Sobre o número de homens que faziam parte desse Corpo de Seguranças, Espig (2008) sugere, analisando estudos sobre o tema e observando uma variação constante nos dados, que o contingente desse grupo variou conforme as necessidades da empresa em cada contexto histórico.

#### **FIGURA 07 – Corpo de Segurança da *Lumber***



Entre as necessidades da empresa no tempo, destaca-se a atuação do Corpo de Segurança frente aos posseiros que estavam nas terras pertencentes à *Lumber* em razão da construção da EFSPRG, que correspondiam a 15km de cada margem da ferrovia. Para explorar e ocupar as terras que tinha direitos contratuais, a empresa precisou retirar os posseiros que nessas terras já moravam e cultivavam antes mesmo de todos os interesses capitalistas chegarem. Com isso, esses posseiros se recusavam a deixar suas terras, o que causou “problemas” para a empresa.

Na busca de formas para resolver esse problema, o Corpo de Segurança foi utilizado para expulsar das terras aqueles posseiros que se recusavam a sair espontaneamente. Segundo Queiroz (1966), as primeiras expulsões ocorreram em 1911. Ameaçados pela ação de homens armados, os posseiros se retiraram e passaram a formar a massa de despojados que nutriam a esperança de encontrar um lugar de justiça, tranquilidade e fé.

#### *4.1.2 Acolhida nos redutos em meio à violência e repressão*

Essa conturbada situação ocasionada pelas ações de expulsão e expropriação das terras realizadas pelo corpo de segurança da *Lumber* e pelo poder público pavimentaram os caminhos para um novo acontecimento. Surgiram em Campos Novos notícias do aparecimento de um monge que se dizia irmão do monge João Maria. Ganhava notoriedade a figura de José Maria.

Miguel Lucena de Boaventura era um curandeiro letrado, que recitava receitas sem pedir nada em troca e que ganhou fama por ter curado a esposa de um coronel da região e o misticismo ao entorno de sua presença crescia conforme passava o tempo. Em fevereiro de 1912, José Maria rumou para Taquaruçu para participar da tradicional festa do Senhor do Bom Jesus, levando consigo “300 pessoas, entre homens, mulheres e crianças. José Maria, no meio do seu pessoal, ia montado num cavalo branco, de magnífica estampa, que havia ganho de presente” (QUEIROZ, 1977, p. 84).

A aglomeração em torno do monge José Maria e o desenvolvimento das festividades chamou a atenção. Muitos permaneceram em Taquaruçu após a festa, pois muitos não tinham mais para onde ir e encontraram no local uma saída para o sofrimento que estavam passando. Afinal, dentro de Taquaruçu havia alimento para todo mundo, pois “quem tem mói, quem não tem mói também e no fim serão todos iguais”, como dizia José Maria. Era um momento aguardado, o de aproveitar as boas novas e uma vida mais digna enquanto era tempo, mesmo que isso estivesse atormentando a vida dos donos das terras e da economia da região, que não deixaram esse ajuntamento passar despercebido.

O grande fluxo de devotos ao encontro das irmandades objetivava um espaço onde pudessem se integrar, tendo a religiosidade como elemento central e a representação do monge, a mola propulsora dos sujeitos sociais agregados. Os sertanejos buscam nas irmandades seguranças materiais e espirituais, que lhes era negada na sociedade em que viviam. Não formavam um grupo unicamente de contestadores rebeldes, mas uma comunidade de pobres excluídos que, apoiando-se na religiosidade popular, recusava a sociedade elitista circundante e tentavam construir um mundo amparado na solidariedade. Nas irmandades, formava-se uma espécie de república mística sertaneja, na qual imperava a autonomia em relação ao poder republicano (TONON, 2008, p. 142).

Dentro das cidades-santas, os moradores praticavam uma solidariedade que não se restringia ao compartilhamento de bens, mas sim em todas as tarefas a serem cumpridas, levando adiante as tradições culturais herdadas dos sistemas de vidas anteriores. Praticavam também uma autonomia econômica e administrativa que ia desde o compartilhamento das terras cultiváveis, a produção agrícola e outros bens (TONON, 2008).

Levando em consideração os anos de conflitos violentos pela ocupação das terras pelos quais a população cabocla passou nos anos que precederam a Guerra do Contestado, a vida nos redutos surgiu como um ato de resistência para essa população que se sentia desprestigiada. Dentro dos redutos, encontraram o apoio, os meios e as condições que buscavam para retomarem suas vidas, não precisando se submeter aos abusos que a república impusera e que tanto mal lhes causavam.

A rotina dentro dos redutos era composta por movimentos previamente estabelecidos e seguidos com muita disciplina:

Durante as formas os comandantes transmitiam para os irmanados as mensagens que recebiam do monge. As tarefas diárias e as penalidades a serem aplicadas também ocorriam durante a forma, as penas para os transgressores que variavam de uma irmandade para a outra, poderiam ser uma admoestação, uma surra ou até a própria morte. As tarefas diárias indispensáveis eram assim constituídas: designação dos responsáveis em vigiar (bombeiros), carnear o gado (açougueiros), vendedores ambulantes, que se infiltravam nos acampamentos policiais, os arrebanhadores de gado (piqueteiros) e os fabricantes de armas (TONON, 2008, p. 157).

Esses rituais eram diários, com muita disciplina, onde os comandantes aproveitavam para motivar o pessoal de dentro dos redutos e se preparar para os desafios do dia a dia. As formas, as procissões, as rezas, as práticas diárias dos redutos contribuíram para gerar uma nova forma de vida para aqueles que momentos antes perambulavam pelos sertões desalentados com o futuro.

Porém, as agruras da guerra do Contestado e os ataques constantes às Cidades-Santas<sup>18</sup> foram mais uma vez impondo derrotas e mudanças forçadas

---

<sup>18</sup> Em fevereiro de 1914, as tropas do exército cercaram e atacaram a cidade-santa de Taquaruçu, deixando centenas de mortos, sendo maior o número de crianças, mulheres e idosos, pois os homens estavam trabalhando na construção da cidade-santa de Caraguatá, que seria

para os caboclos da região. Tendo de enfrentar o poderio bélico dos seus inimigos em uma luta desleal e de forças desproporcionais, enfrentaram também a escassez de alimentos dentro das cidades-santas, que aumentava com o cerco das tropas do exército. Se no início havia tudo para todos, com o desenrolar dos acontecimentos e do conflito, essa realidade se alterava.

Quando a guerra terminou em 1916, os redutos foram desarticulados pelo exército, que passou perseguir e prender os últimos combatentes que resistiam ao resultado de derrota. O que se viu, a partir de então, foi um verdadeiro massacre promovido pelas forças oficiais, que não eram apenas as tropas do exército, como também a polícia e os vaqueanos<sup>19</sup>. Um caso que ilustra esse momento envolve o vaqueano Pedro Ruivo.

Afirma-se que somente Pedro Ruivo praticou mais de 100 assassinios. Aqueles prisioneiros que pareciam mais inofensivos e por isso escapavam à degola eram enviados a Rio Negro, onde permaneciam em improvisados campos de concentração, sob a vigilância do *coronel* Bley Neto, antes de serem distribuídos como trabalhadores pelas colônias agrícolas do governo do Paraná (QUEIROZ, 2008, p. 218).

Os assassinatos foram cometidos por Pedro Ruivo<sup>20</sup> contra prisioneiros que havia se entregado pacificamente.

**FIGURA 08** – Fotografia atribuída a uma família de caboclos que se rendeu ao final da Guerra do Contestado. Canoinhas, 1915

---

atacada posteriormente, com vitória dos caboclos. Depois de Taquaruçu, os combates entre caboclos e exército se intensificam, até o final da guerra em 1916.

<sup>19</sup> Vaqueanos eram civis, muitas vezes ligados aos fazendeiros da região, que colocavam seus homens e armas à disposição do exército para realizar a limpeza da região. Também existiam os casos de rebeldes rendidos, como foi feito com Alemãozinho, que iniciou a guerra ao lado dos caboclos, mas no final se destacou como vaqueano (MACHADO, 2011).

<sup>20</sup> Pedro Ruivo foi julgado e inocentado desses casos, vivendo uma vida de homem rico no município da Lapa, no Paraná (QUEIROZ, 1977).



Família de sertanejos se rende às forças oficiais em Canoinhas (SC), em 1915. Claro Jansson/Acervo Dorothy Jansson Morett (Senado Federal)

O final da guerra trouxe uma transformação na vida dos antigos moradores da região, que de estabelecidos passaram para *outsiders*, “os não membros da ‘boa sociedade’, os que estão fora dela” (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 07). Passaram a sofrer com estigmas “por todos os atributos associados com a anomia, como a delinquência, a violência e a desintegração” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 7). Esses processos influenciaram nas relações sociais, pois as culturas eram diferentes e haviam os rancores oriundos do conflito armado.

Com o final da guerra, o governador de Santa Catarina tomou decisões envolvendo o território que passou a pertencer para a sua jurisdição. Felipe Schmidt, em mensagem ao Congresso, afirmava que com o fim do conflito “o Governo do Estado teve de socorrer toda essa gente que se achava nua e

faminta, providenciando também para a sua conveniente localização e volta ao trabalho”<sup>21</sup> (1916, p.14)

Paulo Pinheiro Machado (2004) traz uma troca de telegramas entre o general Setembrino de Carvalho e os governadores de Santa Catarina e Paraná:

Ao findar a Guerra do Contestado, o general Setembrino de Carvalho trocou telegramas com os governadores de Santa Catarina e do Paraná, sugerindo o estabelecimento dos sertanejos prisioneiros em colônias na própria região. O general recebeu da Inspetoria Federal de Povoamento do Solo (Ministério da Agricultura) a informação de que “não existem terras disponíveis, sendo as colônias existentes organizadas para a recepção de imigrantes europeus (MACHADO, 2004, p. 324)

Ficou nítida nessa mensagem que, para os remanescentes do confronto, o acesso às terras da região foi difícil. As ideias dos poderes públicos para a região conflitavam com os interesses dos moradores do local, que não eram considerados aptos para dar sequência a esses ideais.

No ano de 1917, em nova mensagem para o Congresso, o governador catarinense Felipe Schmidt voltou a reportar sobre o Contestado, com afirmações que demonstram o entendimento do poder público com a situação da região e de seus moradores:

Infelizmente indivíduos sem a compreensão elevada dos deveres que o patriotismo impõe, sem ideal e sem princípios, movidos somente por sentimentos de um partidarismo odioso, não hesitaram em fomentar a desordem em alguns pontos do Contestado, utilizando-se de bandoleiros dados à prática de todas as aventuras criminosas. [...] A sublevação no Contestado não tem valor. É um motim de mercenários, visando a devastação e o saque nas propriedades de populações laboriosas e pacíficas.<sup>22</sup>

Fica evidente o preconceito e a visão que o poder público e as forças políticas e econômicas do estado possuíam sobre o movimento do Contestado e sobre seu povo. Uma visão que norteou os debates e discursos acerca do conflito e que ajudou a perpetuar tal ideal pelas décadas que se seguiram,

---

<sup>21</sup> Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 14 de agosto de 1917, pelo Dr. Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catharina.

<sup>22</sup> Idem.

aparecendo nas tratativas políticas de organização do espaço após o conflito, como pode se observar através de relatórios emitidos pelos órgãos responsáveis por cuidar da colonização e organização agrária nas décadas seguintes.

#### 4.2 Posseiros, intrusos e especulação de terras em relatórios do governo de Santa Catarina

Nos relatórios que tratam sobre a colonização da região são encontradas minúcias que apontam as discussões em voga no momento de sua criação, os projetos e os seus objetivos durante aquele período histórico, de uma maneira oficial, pois se trata de um documento produzido pelas autoridades públicas.

Quanto à colonização da região do Contestado, foram analisados relatórios redigidos entre os anos de 1919 e 1935, por diferentes órgãos públicos e que davam conta deste tema durante o período citado. Faz-se necessário destacar que de todos os relatórios estudados, nem todos<sup>23</sup> ofereciam informações sobre a colonização da região do Alto Vale do Rio do Peixe e da Região do Contestado.

Em 1919, o 9º distrito do Comissariado Geral das Terras do Estado de Santa Catarina expediu relatório com informações sobre as ações da sua jurisdição. Nesse relatório, o agente descreveu algumas ações da agência no ano de 1919 e aborda novas medições na fazenda de Santa Maria, que segundo o acordo de 1916 passou a pertencer a Santa Catarina.

Nesse relatório, o comissário aponta reconhecer inúmeras irregularidades no local, além de ter “muitas posses encravadas nessas concessões. Assim é necessário nessas questões de terra no ex-contestado, trabalhar-se cautelosamente e com segurança para que não apareçam responsabilidades administrativas”<sup>24</sup>. O comissário reconhece a existência de

---

<sup>23</sup> Os relatórios encontram-se no Arquivo Público de Santa Catarina. Não foram encontrados relatórios de cada ano entre 1919-1935, analisando assim aqueles que traziam informações pertinentes para este estudo, o que explica o fato de o número de relatórios analisados não conferir o número de anos do recorte temporal.

<sup>24</sup> 9º DIST.C.G. PORTO UNIÃO. Relatório. **Relatório do 9º Distrito do Comissariado Geral do Estado ao Diretor da Diretoria de Terras e Colonização**, [S. l.], 1919.

posseiros na região, entretanto, fica evidente que os enxerga como um estorvo para o prosseguimento dos trabalhos na região, atentando para o fato de que não seriam quaisquer medidas aceitas para lidar com essa questão, tendo em vista a preocupação com as responsabilidades administrativas que poderiam aparecer.

Os trâmites sobre a comercialização das terras na região do Alto Vale do Rio do Peixe remetem a impressões importantes sobre os procedimentos adotados. A significativa distância entre a região e a capital do Estado, onde ficava o corpo administrativo estatal, abria condições interessantes a esse respeito, onde “curioso é observar que as propriedades eram vendidas ou legitimadas a distância, na capital do estado, à revelia dos moradores do local que estava sendo alienado” (MACHADO, 2004, p. 142). Contribuía assim para que as ações desiguais e que prejudicavam os moradores locais fossem tomadas à revelia, ou com alguns cuidados para evitar constrangimentos e penalizações, como o comissário apontou em seu relatório.

Na sequência do seu relatório, o comissário descreveu a existência de companhias colonizadoras na região do Alto Vale do Rio do Peixe, relatando que estas trouxeram alguns colonos para a região, teutos-brasileiros e austríacos, que eram “conhecedores da nossa agricultura”<sup>25</sup>, em mais uma analogia com o gentil qualificado para a colonização. Falando sobre as terras devolutas na região, aponta ainda a abundância dessas terras, sem poder determinar a quantidade sem antes verificar as concessões feitas pela administração paranaense. “O que posso afirmar é que essas terras estão ocupadas por intrusos”.

Nesse primeiro relatório analisado estão presente pontos importantes para o entendimento do tema, pois este traz referências aos pensamentos e atitudes dos órgãos competentes para com a questão agrária da região do Contestado. As linhas que constroem o documento reafirmam os objetivos e projetos colonizadores que consideravam os descendentes de europeus como o gentil ideal, enquanto o caboclo histórico da região continuava a ser o intruso.

---

<sup>25</sup> Idem.

Seguindo com as análises das fontes, encontra-se o relatório do 3º comissariado geral do estado durante o ano de 1920 para o diretor do Diretoria de Terras e Colonização, a partir dos seus serviços no município de Canoinhas. Nele, o comissário relata uma diminuição das demarcações de terras para a colonização, revelando os motivos da sua preocupação.

Dispõe que os motivos não passam pela baixa procura dessas terras devolutas por colonizadores interessados na aquisição dos lotes, pelo contrário, afirma que a busca existe e comprova esta afirmação apresentando os requerimentos que aquele órgão recebeu. O motivo dessa diminuição se dá pelo “fato de que todas as terras devolutas ainda existentes nesse distrito foram reservadas e em grande parte já concedidas a diversos contratantes de construção de estradas” (3º Dist.C.G. r.1920).

Nota-se uma interessante situação quanto aos procedimentos apontados pelo comissário em relação à aquisição dessas terras pelas empresas construtoras de estradas. Tais procedimentos acabavam por dificultar o crescimento da colonização livre desse espaço, pois as terras já estavam comprometidas às empresas que, após a aquisição, iriam destinar lotes para a colonização. Porém, o que chama a atenção é o comentário que o comissário faz sobre esse ponto em especial:

O atual sistema é prejudicial sob os pontos de vista. Não só porque o Estado perde a boa renda da metragem, como também sofre o desenvolvimento geral, visto que a colonizadora só vende as terras absolutamente indispensáveis para se livrar dos compromissos pecuniários que assumiu para obtê-las, conservando o resto para especulação futura, o que, sem dúvida, traz vantagens para ele, mas é prejudicial para o bem geral (3º Dist.C.G. r.1920).

Esse trecho é interessante por demonstrar que as empresas buscavam contornar a lei em seu próprio benefício, ou até mesmo se utilizando dela para dar continuidade a seus interesses particulares, como na prática do loteamento e comércio de lotes de terra suficientes para atender às exigências legais quanto à colonização, resguardando certa quantidade de terra para especulação futura enquanto colonos aguardam seus requerimentos para adquirir lotes, e famílias ficam à mercê do processo, sem terra e sem espaço.

Deixar grandes espaços de terra para especulação era uma prática antiga no Estado de Santa Catarina. “O governo catarinense tinha como objetivos a regularização definitiva de antigas posses e a venda das terras devolutas para o incentivo da pecuária e da lavoura” (DALLANORA, 2019). Políticas que faziam parte dos ideais de fomento da colonização europeia na região, acostumadas e alinhadas com as práticas supracitadas.

A existência de grandes números de posseiros habitando as terras devolutas da região eram mencionados – tanto nas mensagens oficiais quanto nos relatórios apresentados – como um problema a ser resolvido. Reconheciam a necessidade de lidar com esses “intrusos”, mesmo que lamentassem a falta de condições materiais e humanas para tal solução.

Na intenção de resolver a questão dos intrusos, em 1926, o então governador do Estado, Adolpho Konder, redigiu a lei nº1.555, que dava uma espécie de ultimato para os posseiros. Segue os termos:

Art. 2º - Os intrusos ou invasores que têm morada habitual e cultura effectiva nas terras devolutas por elles occupadas, serão intimados de accordo com as disposições do Capitulo V do Regulamento baixado com o Decreto n. 129 de 29 de outubro de 1900, cabendo-lhes o direito de requerer uma área até 30 hectares no litoral e até 100 hectares serra cima que lhes será concedida pelo preço da tabella em vigor, pagavel em cinco prestações annuaes; a primeira um ano depois da medição e as outras em igual época dos annos seguintes, além da taxa de metragem, despesas da medição e emolumentos do titulo.

Art. 3º - Aos miseraveis, na mesma situação, concederá o Governo até 25 hectares a cada familia, ao preço minimo da tabella, com as condições de pagamento estipulado no artigo antecedente.

Paragrapho unico - Os agentes do Commissariado geral tem o direito de exigir garantias para o pagamento da taxa de metragem e despesas de medição.

Art. 4º - Os miseraveis a que se refere o artigo anterior deverão requerer ao Governador, allegando sua indigencia que será attestada por tres pessoas, autoridades ou commerciantes da região.

Art. 5º - Os intrusos que não quizerem sujeitar-se a requerer as terras que occuparem, nos termos dos artigos 2º, e, serão compellidos a despejo, promovido pelo Promotor Público da comarca em que estiverem situadas as terras.

Os posseiros foram convocados para regularizarem suas situações, correndo o risco de despejo sumário caso não fizessem. Muitas famílias não tinham o conhecimento e nem os recursos necessários para atenderem ao chamado do governador, o que dificultava e causava mais dores de cabeça.

Houve colonizadores que, sensibilizados, facilitaram a venda ou destinaram gratuitamente parte das suas glebas para alguns dos excluídos, como foi o caso de Ernesto Bertaso, em Chapecó, na região Oeste (THOMÉ, 2007, p. 287).

Na força da lei, as saídas encontradas nem sempre condizem com a realidade das pessoas para as quais a lei legisla, em um vício de existência que em pouco ou quase nada interfere na vida dos interessados. São mais tentativas de demonstrar alguma preocupação, quando na verdade o interesse é de realmente dizer para aquelas pessoas que elas não possuem direitos e que devem se conformar com tal situação.

Em condições desfavoráveis e desestimulantes, a presença dos caboclos na região do Alto Vale do Rio do Peixe foi importante para os colonos quando na região chegaram. Acostumados com o local e com as condições geográficas e climáticas, foram os caboclos uma parte importante para a introdução dos colonos no espaço, repassando a esses seus conhecimentos e experiências, o que os auxiliou e muito na adaptação dos colonos no local (THOMÉ, 2007).

O lamento fica pelo fato de que mesmo reconhecida essa importância dos caboclos para esse momento histórico, não é possível se ver na prática essa valorização. Analisando os dados socioeconômicos da região do Alto Vale do Rio do Peixe, levantados por órgãos dos municípios da região e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que se seguem no subcapítulo a seguir, fica possível perceber o quanto a vida dos remanescentes da Guerra do Contestado continuou sofrida, e os impactos do conflito continuaram a serem sentidos durante muito tempo.

#### 4.3 Alguns dados históricos da região do Contestado e as relações com a pobreza e a desigualdade

Historicamente, a criação e divulgação de dados sobre a região do Alto Vale do Rio do Peixe com essa finalidade não são tão volumosos, exemplo disso é o PLANO BÁSICO DE DESENVOLVIMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO (PBDEE), criado em 1994, pela Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio

do Peixe (AMARP). Esse documento, o primeiro criado pela associação, é parte de um projeto executado pelo governo de Santa Catarina, que possui em suas metas:

Indução da expansão urbana para áreas adequadas à ocupação, em função de suas condicionantes geológicas, topográficas, hídricas e ecológicas;  
Definição das áreas prioritárias de intervenção conforme os resultados dos levantamentos ecológicos-econômicos realizados;  
Detecção inicial de oportunidades de investimentos e geração de empregos dentro de critérios de compatibilidade ecológica, econômica e sócio-cultural; e  
Preservação do patrimônio cultural do Estado (PBDEE, 1994, p. 6).

Ainda de acordo com os objetivos do PBDEE, o propósito é “o desenvolvimento sustentável do Estado, ao contrário do desenvolvimento econômico ‘a qualquer custo’, que levou o país, na década de 1970, a um grande crescimento acompanhado de uma imensa dívida social e ecológica” (PBDEE, 1994, p. 5). Havia, segundo o observado neste documento, uma preocupação com os problemas sociais e econômicos do estado de Santa Catarina partindo do poder público, que demonstrava interesse em levantar os dados para construir as políticas públicas necessárias com objetivos de superar os problemas graves e que, invariavelmente, chegariam à região do Alto Vale do Rio do Peixe.

A questão ecológica foi um tema estudado por pesquisadores da história ambiental, da geografia e outras áreas, que apontaram os impactos da exploração das matas da região e ainda ofereceram muitas possibilidades para que sejam aprofundadas as pesquisas. O documento descreve vários aspectos da região do Alto Vale do Rio do Peixe, entre os quais estão as informações sobre a infraestrutura social em seus vários aspectos, detalhando os dados em condicionantes/constatações, deficiências, potencialidades/sugestões e observações.

Segundo o PBDEE, 64% da área territorial da região do Alto Vale do Rio do Peixe está concentrada em 9% dos estabelecimentos agropecuários situados principalmente na mão de pessoas jurídicas. Um dado que explica as

deficiências apontadas como um grande êxodo rural, responsável por inverter a proporção entre população urbana e rural na região.

No pós-guerra do Contestado, nos últimos 90 anos, as relações que envolvem o direito à terra, sob o ponto de vista constitucional, não chegou às ex-terras contestadas. Milhares de trabalhadores rurais ainda sobrevivem da parceria, do aluguel da terra e da posse, isso sem comentar o fato de que milhares de hectares de terras regionais se mantêm sob a grilagem de importantes “empresários rurais” que podem ser correlatos aos ex-coronéis do Contestado. Mesmo com o parcelamento da terra aos colonos que entraram na região depois da Guerra do Contestado, a mesma mantém extensas áreas de latifúndio voltadas à agropecuária e ao plantation do Pinus (FRAGA, 2006 p. 95)

As restrições ao acesso, os acordos estabelecidos para a construção da EFSPRG acabaram por, cotidianamente, restringir a oferta de um pedaço de terra para os trabalhadores com menores condições financeiras, dando continuidade aos processos de exclusão e expulsões das terras ocorridas desde os primórdios do conflito armado, seja com violência em forma armada e física, seja com uma violência em forma de lei, escrituras, dinheiro.

As precariedades e os reflexos desses procedimentos incidem também na questão habitacional da região. Segundo o levantamento do PBDEE, havia uma “carência real de habitações segundo fontes municipais de 6.980 unidades” (PBDEE, 1994, p. 271). Acrescenta-se ainda o grande número de trabalhadores temporários a serviço de empreiteiras que chegavam na região e se instalavam em acampamentos na área rural, contribuindo para o agravamento e para a precariedade da situação.

Não bastasse a carência de terras e de habitações, a situação das habitações que já existiam não era animadora quanto às suas estruturas:

Falta de um plano municipal de habitação, devidamente legalizado, que atenda as determinações técnicas e seja compatível com a necessidade real e temporal. Precariedade no saneamento básico da maioria das moradias. Conjuntos habitacionais em fase de construção e/ou já concluídos, sem cumprir com as normas de saneamento básico. Falta de assessoramento técnico por parte das maiorias das prefeituras, quanto as obras de saneamento básico residencial (PBDEE, 1994, p. 271)

As privações impostas aos moradores da região do Alto Vale do Rio do Peixe são percebidas em todos os aspectos e fazem parte de um contexto que contribuiu para a formação da pobreza na região. A falta de um planejamento de saneamento básico é um fator sensível e esclarecedor quanto a isso, por negar à população questões básicas e necessárias para uma vida digna e longe da pobreza. “Por básicas entendem-se necessidades como alimentação, moradia, vestuário e serviços essenciais: água potável, saneamento, transporte público, serviços médicos e escolas (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p. 4).

O abastecimento de água, por exemplo, era deficitário em toda a região, apresentando pontos mais críticos em alguns municípios como Timbó Grande (PBDEE, 1994). Nas sugestões, o estudo aponta para que fossem viabilizados os projetos da Companhia Catarinense de Águas Saneamento (CASAN), objetivando a ampliação do serviço e a superação dos problemas.

E esses problemas apontados acabam por suscitar outros problemas, pois são aspectos e fatores que se interligam e dependem do bom andamento de um para que o outro também se sobressaia. Os problemas sanitários acabam por interferir na situação da saúde na região. A falta de unidades hospitalares em vários municípios da região era um problema observado pelo PBDEE, onde não só a falta de hospitais, mas também do cumprimento da lei orçamentária acabavam por não atender à demanda regional, sem oferecer o serviço preventivo necessário para a população, o que infere na qualidade de vida e diminuiu as possibilidades de superação da difícil situação em que se encontravam.

Convém destacar a precariedade que há pouco menos de 30 anos a região do Alto Vale do Rio do Peixe se encontrava em todos os aspectos. Uma situação calamitosa que causa indignação a qualquer cidadão minimamente capaz de se indignar com tamanho descaso e irrelevância com a qual os poderes públicos trataram a região e seus moradores. Fazer uma regressão aos tempos da Guerra do Contestado enquanto se observa tal situação é algo automático, intrínseco ao processo, pois é observar e compreender como um conflito e um universo tão marcante pode impactar na história de um local. As precariedades observadas e os insuficientes investimentos e perspectivas demonstram que os

projetos postos em funcionamento nos anos iniciais do século XX deram certo para seus idealizadores.

As soluções para esses problemas passam por maiores investimentos em programas públicos que atendam às necessidades da população. Um enfrentamento da pobreza que possibilite progressões sociais e uma superação completa e real dessa mazela.

Com uma educação básica e serviços de saúde melhores há um aumento no potencial do indivíduo de auferir renda e de, assim, livrar-se da pobreza medida pela renda. Quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p. 4).

Passados 26 anos do estudo aqui destacado para a compreensão das situações e condições da região do Alto Vale do Rio do Peixe, como estaria a situação da região no final da segunda década do século XXI? A implantação de projetos como os programas “Fome Zero” e o “Bolsa “Família”, políticas executadas pelos governos a partir de 2003, impactaram de maneira positiva na vida das pessoas da região do Alto Vale do Rio do Peixe, mas ainda de maneira insuficiente.

Essa insuficiência pode ser sentida quando analisados alguns índices socioeconômicos da região:

**TABELA 01 – IDHM dos Municípios da Região do Contestado - IDHM do menor para o maior valor, GINI e Índice de Pobreza.**

<b>CIDADES</b>	<b>POPULAÇÃO</b>	<b>IDMH</b>	<b>GINI</b>	<b>ÍNDICE DE POBREZA</b>
<b>Calmon</b>	3.387	0,622	0,42	43,47%
<b>Timbó Grande</b>	7.167	0,659	0,47	41,56%
<b>Três Barras</b>	18.129	0,706	0,47	39,86%
<b>Lebon Régis</b>	11.838	0,649	0,45	38,70%
<b>Fraiburgo</b>	34.553	0,731	0,48	36,98%
<b>Caçador</b>	70.762	0,735	0,48	36,25%
<b>Monte Castelo</b>	8.346	0,675	0,44	33,99%
<b>Matos Costa</b>	2.839	0,657	0,45	33,25%
<b>Canoinhas</b>	52.765	0,757	0,49	32,22%
<b>Papanduva</b>	17.928	0,704	0,47	30,77%
<b>Porto União</b>	33.493	0,786	0,53	31,29%
<b>Videira</b>	47.188	0,764	0,47	30,77%

<b>Mafra</b>	52.912	0,777	0,49	29,56%
<b>Salto Veloso</b>	4.301	0,784	0,55	28,42%
<b>Major Vieira</b>	7.479	0,690	0,46	27,20%
<b>Irineópolis</b>	10.448	0,699	0,54	26,29%
<b>Itaiópolis</b>	20.301	0,708	0,49	26,07%
<b>Bela Vista do Toldo</b>	6.004	0,675	0,46	22,49%
<b>Arroio Trinta</b>	3.502	0,764	0,45	20,18%
<b>Macieira</b>	1.826	0,662	0,39	19,99%
<b>Rio das Antas</b>	6.143	0,697	0,44	19,94%
<b>Pinheiro Preto</b>	3.147	0,777	0,45	17,94%
<b>Iomerê</b>	2.739	0,795	0,33	11,04%

Fonte: LUDKA, Vanessa Maria. **Contestado, a fome e a pobreza com permanência da guerra: cenários paradoxais no sul do Brasil**. 2016. 223 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. pg. 138

Vê-se nessa tabela dados que fustigam o debate e a reflexão, como a discrepância existente entre municípios situados em uma mesma região, como as altas taxas de pobreza em municípios como Calmon e Timbó Grande, e as baixas taxas de pobreza em municípios como Pinheiro Preto e Iomerê. Os dois municípios citados com altas taxas de pobreza foram locais centrais da Guerra do Contestado, enquanto os municípios com taxas de pobreza baixas foram regiões colonizadas após o conflito, evidenciando situações de benefícios dados a certos grupos, como os migrantes de descendência europeia, como também a exclusão do acesso à terra aos caboclos da região.

Algo comum encontrado nas discussões da região do Alto Vale do Rio do Peixe é que nem todas as cidades são pobres. Esse argumento pode ser explicado observando a tabela e notando que o IDHM de algumas cidades, como Caçador e Videira, se mostra altos em comparação a outras, mas esses números encontram explicações no fato que nessas cidades encontram-se empresas de grande porte que ajudam a aumentar a renda per capita (LUDKA, 2016). Porém, esses fatores acabam por potencializar as desigualdades e a concentração de renda existentes, maquiando muitas vezes o nível de pobreza que essas cidades possuem nos dados, mas que não escapam do poder do olhar e da vivência.

Assim, o formato da colonização aplicada e a ênfase em proporcionar o acesso à terra e as oportunidades de ocupa-la contribuíram para historicamente

formar uma região de baixo grau de desenvolvimento, ou mesmo, um desenvolvimento econômico desigual. Como destaca Delmir José Valentini:

Hoje, em alguns municípios da região do Contestado, encontramos os mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH). A assistência aos moradores da região só chegou em pleno século XX e, mesmo assim, depois do trauma da Guerra que vitimou milhares de sertanejos pobres e analfabetos, condição que, em parte, ainda não se assegura que é totalmente passado (VALENTINI, 2015, p. 250).

Quando indagamos se o projeto executado no Alto Vale do Rio do Peixe nos anos subsequentes à Guerra do Contestado obteve êxito, a partir destes dados e dessas condições podemos chegar a uma conclusão afirmativa. O projeto em voga no Brasil, que privilegiou uns em detrimento de outros, favoreceu uma classe social e veio sendo implementado ao longo da história. Em partes, isso fica perceptível ao analisar o conjunto de leis e documentos oficiais aprovados e colocados em prática nos mais diversos contextos.

A Guerra do Contestado é mais um capítulo dessas ações e medidas para implantação desse projeto que exclui, expulsa e afasta grande parte da população brasileira, predominantemente pobre, das riquezas e dos recursos que o Brasil dispõe. E por que esse projeto não se consolida de uma vez, se pergunta o cético. Não se consolidou até hoje, pois o povo outrora renegado resiste.

O povo caboclo que sofreu as mazelas da guerra, as agruras do processo colonizador e a invisibilidade histórica resistiu durante todo esse período, das mais variadas formas. Para que suas vidas, sua cultura e seus saberes sejam reconhecidos e valorizados, produções acadêmicas, congressos, semanas temáticas e a organização do povo se multiplicam em ações pela região toda.

#### 4.4 Atualidades do pós-guerra: narrativas em disputas

A Guerra do Contestado ocorreu há mais de 100 anos, porém, as disputas na região ainda acontecem em outros aspectos, mas que envolvem narrativas e construções que demonstram que o assunto ainda precisa ser

discutido. Como, por exemplo, o debate iniciado em julho de 2019, quando representantes do turismo dos municípios da região do Contestado se reuniram em torno das discussões do novo Mapa do Turismo Brasileiro, promovido nacionalmente pelo Ministério do Turismo e discutido regionalmente.

Nessa reunião, os representantes fizeram uma importante alteração no nome turístico que a região recebia até aquele momento. De “Vale do Contestado”, por aclamação, passaram por nomear a região, a partir de então, como “Vale dos Imigrantes” (ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA IGR DO VALE DO CONTESTADO, 2019, p. 3). Quantos vales dos imigrantes e dos europeus existem em Santa Catarina? Por que o receio em assumir essa identidade? Mais que uma simples mudança de nome, essa é mais uma tentativa de sobressair o valor e a importância da cultura europeia em relação aos caboclos que transcorre a história, vindo das disputas entre os posseiros e os grandes fazendeiros, na construção da EFSPRG, na Guerra do Contestado, na colonização da região após a guerra, na nomenclatura de cidades da região homenageando figuras do exército e da política como Lebon Régis, Calmon e Matos Costa. Um jogo de poder, com forças desproporcionais.

Sem dúvidas, as efemérides do aniversário de um século do início da Guerra do Contestado também suscitaram um conjunto de ações, eventos e publicações que trouxeram novos discursos e narrativas abordando o tema em amplitude e permitindo o surgimento de novas perguntas, dúvidas, pesquisas e resposta atuais para um tema remoto, mas presente vivo e discutido na atualidade.

Entre outros movimentos é possível citar um encontro entre representantes de instituições, autoridades políticas, da sociedade civil, historiadores e profissionais da educação e da cultura na cidade de Irani no ano de 1911, que viabilizou um projeto maior, promovendo ações educativas e culturais abordando o centenário do contestado. Dentre outros resultados estão a realização de um concurso de poesias e outro de fotografias abrangendo escolas de Santa Catarina, com publicação de livros e envolvimento de autores de todo o Brasil, docentes e discentes. Livros e DVDs foram lançados nas

idades de Chapecó, Irani, Caçador, Curitiba, Timbó Grande, Porto União e Lebon Régis.

Outra importante ação dentro das academias abrange a atuação do Grupo de Investigações sobre o Movimento do Contestado criado anteriormente, mas oficializado no CNPq no ano de 2011, contando com dezenas de pesquisadores e estudantes de diferentes instituições de ensino superior do país e que realizaram diversos Simpósios Nacionais executados em cidades como Chapecó, Florianópolis, Pelotas, Canoinhas, Porto União e Irati no Paraná. Neste ano de 2020, a realização do VI Simpósio Nacional organizado por este Grupo de Pesquisas, está programado para outubro e será de modo *on line*. Entre os resultados estão as publicações de artigos e livros resultantes de pesquisas executadas e apresentadas nestes eventos acadêmicos.

Ainda, impulsionados pelo marco temporal do centenário da Guerra do Contestado, foram realizadas as Semanas do Contestado, ocorridas em cidades como Lebon Régis e Caçador, que envolvem atividades nas áreas da cultura e da educação com a promoção de palestras, apresentações artísticas e engajaram os munícipes em torno da temática do Contestado. Houve também a realização do 1º Congresso Nacional do Contestado, que aconteceu na cidade de Caçador em 2019, promovendo discussões e produções científicas sobre o tema, nas mais variadas áreas do conhecimento, “composto por um extenso projeto que propõe a criação de uma agenda de reconhecimento e empoderamento regional em busca de abrir oportunidades e perspectivas aos jovens, estudantes e comunidade regional e acadêmica através da ciência e tecnologia”<sup>26</sup>.

**FIGURA 09:** Cartaz do Primeiro Congresso Nacional do Contestado.

---

<sup>26</sup> Informação retirada do site de divulgação do evento, disponível em: <https://doity.com.br/icnc2019/informacoes>.



Fonte: Site de divulgação do evento. Disponível em: <https://doity.com.br/icnc2019/informacoes>.

Estes são exemplos da organização e da luta pela afirmação da identidade cabocla, pelo debate e pelo estudo da Guerra do Contestado, que ainda possui muito a que ser pesquisado, debatido e elucidado. E as conquistas desse movimento organizado, representado por professores e professoras, lideranças políticas e a comunidade em geral originaram novos marcos para a região.

Em Lebon Régis, o movimento conquistou, através da Lei Nº 0108/2017, aprovada na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), o direito de ser reconhecida como a “Cidade Coração do Contestado”. Já a cidade Matos Costa, a partir da Lei 68/2019, também aprovada na ALESC, passou a ser reconhecida como “Sentinela do Contestado”, aquela que guarda, que vigia, contempla a história, os patrimônios e significados que o município representa para a região.

**FIGURA 10** – Parte externa da Prefeitura Municipal de Matos Costas, com referência à cultura do Contestado.



Fonte: Portal Caçador Online.

Estas e outras iniciativas representam a vontade e a organização social em busca de representatividade. Demonstram as noções que existem quando se trava esse tipo de disputa e diálogo, apresentando suas impressões e convicções acerca de seus espaços na história e no debate:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social –como julgou uma história de vistas demasiado curtas - , muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de afrontamento tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais (CHARTIER, 1990, p. 17).

Assim, Chartier enfatiza a importância da luta por representação em uma disputa de concepções para afirmar-se socialmente, tanto quanto é importante a luta econômica. A disputa de narrativas e representatividade são atemporais e apresentam novas diretrizes, formas e trejeitos conforme a época em que ocorrem. Essas conquistas acima apontadas são marcos importantes para a comunidade organizada em disputas por representatividade.

## 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre a Guerra do Contestado já se produziu um significativo número de estudos, porém, entende-se necessário estreitar o olhar sobre aspectos ainda não contemplados e pormenores que podem ser problematizados. Perceber um conflito de interesses entre os ocupantes destas áreas de terras no pós-guerra como algo vivo e latente até os dias atuais tem sido um dos desafios para buscar fragmentos sobre este instigante tema. No caso desta dissertação, a desigualdade social existente na região e a pobreza foram os fatores desafiantes a serem estudados.

Esse trabalho não resolverá os problemas, não responderá todas as questões levantadas e nunca teve essa pretensão. Porém, mesmo enfrentando dificuldades, procuramos oferecer um estudo para reflexões sobre históricos problemas socioeconômicos e políticos da região do Contestado. Através de um estudo histórico, de leituras das pesquisas já realizadas sobre o tema e de análises documentais, esta dissertação abriu um diálogo com a história que envolveu a Guerra do Contestado e a colonização das terras da região após o conflito armado.

Importante também situar que as iniciativas e a execução deste projeto tiveram etapas com lacunas por causa da pandemia que assolou o país e impediu o acesso em instituições de pesquisas como em arquivos e em locais que permaneceram fechados exatamente na etapa final da redação e momento de encontrar fontes importantes, cerceando e possibilitando, na medida do possível, apenas incursões em arquivos *on line*.

A chegada da EFSPRG foi um marco para a região do Contestado. As transformações ocorridas foram sentidas pela população, pelo meio ambiente e pela história. Antes, a fala do Monge era clara ao dizer que “*Quem tem mói, quem não tem mói também e no fim todos ficam iguais*”. Porém, com os acontecimentos, aqueles que não tinham perderam o direito de “moer” também.

As terras da região do Alto Vale do Rio do Peixe foram ressignificadas e atenderam aos interesses dos agentes políticos nacionais e estaduais e aos projetos postos em prática. Foi nesse rearranjo que os migrantes e imigrantes

de descendência europeia ocuparam a região nessa nova fase vislumbrada, em detrimento da presença e da existência dos antigos moradores da região.

Isso esteve presente nas ações de exclusão e genocídio, tendo na Guerra do Contestado o auge da violência física e simbólica. Estiveram presentes também nos discursos proferidos pelos agentes políticos, desnudando os objetivos que permearam as ações durante as décadas que se seguiram ao conflito armado. Depois da Guerra do Contestado, as Companhias Colonizadoras atuaram na região, dando sequência à ocupação das terras do Alto Vale do Rio do Peixe e os descendentes de europeus foram os representantes do progresso idealizado para esta região, apesar de nos índices de desenvolvimento humano de hoje, não garantir para todos o almejado progresso.

Eram demonstrações dos impactos dos ideais eugenistas e de um branqueamento da população brasileira, baseado em uma pseudociência que impregnava o mundo nas primeiras décadas do século XX, e que também influenciaram a vida dos moradores da região do Contestado. As práticas culturais, sociais e econômicas já existentes, foram desprezadas diante da hegemonia da cultura europeia representada pelos que se instalaram na região e os antigos moradores foram marginalizados.

Esta situação ficou escancarada e pode ser observada nos indicadores socioeconômicos do Estado de Santa Catarina, principalmente da região do Alto Vale do Rio do Peixe. Foi possível observar que tanto a Guerra do Contestado quanto os acontecimentos que sucederam apontam índices escancarando a pobreza que assola a região, onde a negação dos fatos, a busca pelo esquecimento e o preconceito pelo qual a região sofreu durante a história dificultam a superação desses problemas mesmo na atualidade.

Embora este estudo, limitado e incapaz de responder muitas das perguntas levantadas, acreditamos que pode instigar novos problemas e a busca de tantas respostas ainda possíveis, para não deixar em silêncio constatações de que Videira não possui nenhuma relação com a Guerra do Contestado.

Superar as desigualdades sociais vivenciadas na atualidade também passa por estudos e reflexões sobre o passado histórico construído. Nesta

pequena contribuição através dessa dissertação, acreditamos que contribuímos na constatação de que quem não vai moer foi negado em sua cultura e nos seus valores, embora jamais deixou de acreditar nas palavras do monge: quem tem mói, quem não tem moi também e no fim todos ficarão iguais.

Impossível todos iguais sem políticas de inclusão e sem concepções apontando humanos como seres iguais e dignos de respeito em seus direitos e na sua cultura. Como educador, acredito no esperar concebido por Paulo Freire, numa esperança que não espera acontecer, mas sim uma esperança que faz acontecer. E faz acontecer junto, com o outro, aceitando e incluindo o outro como um ser humano que sonha com um futuro digno, igualitário, de equidade e de justiça, por fim acreditar que todos ficarão iguais.

## **6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRANDÃO, Ana Maria. **A Revolução de 1930 e seus antecedentes**. FGV/CPDOC. Rio de Janeiro; Nova Fronteira, 1980.

ANTONELLI, Diego. **O primeiro caminho das tropas**. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/o-primeiro-caminho-das-tropas-8crdny1ct68tssmxqi38ctam/#ancora>. Acesso em: 27 mar. 2020.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. Florianópolis: Editora UFSC: Assembleia Legislativa; São Paulo: Cortez Editora e Livraria, 1984.

BADÔ, Fernando. **Revolução Constitucionalista: A Guerra Civil Brasileira**. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/historia-hoje/revolucao-constitucionalista-1932.phtml>. Acesso em: 25 abr. 2020.

BRANDT, Marlon; NAZARENO, José de Campos. **Costumes e Usos da terra pela população cabocla do planalto de Santa Catarina**. Scielo, 2014. <https://doi.org/10.4215/RM2014.1302.0013>

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História – Especialidades e Abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BAVARESCO, P. R. FRANZEN, D. O. FRANZEN, T. E. **Políticas de colonização no extremo oeste catarinense e seus reflexos na formação da sociedade regional**. Revista Trilhas da História, Três Lagoas, v.3, nº5 p.86-104, jul-dez, 2013.

BERTONHA, João Fábio. **O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-1943**. Rev. bras. polít. int. Brasília, v. 40, n. 2, p. 106-130, Dec. 1997. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73291997000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291997000200005&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 20 de junho de 2019.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOITEUX, José Artur. **Oeste Catarinense**. Florianópolis: Alberto Entres & Irmão, 1931.7

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRASIL. Lei nº 601 de 18 de Setembro 1850 – Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm). chefias caboclas (1912-1916), Campinas, Ed. da UNICAMP, 2004

BRANDT, Marlon; NAZARENO, José de Campos. **Costumes e Usos da terra pela população cabocla do planalto de Santa Catarina**. Scielo, 2014. <https://doi.org/10.4215/RM2014.1302.0013>

CAÇADOR, Online: SESSÃO Solene homenageia município de Matos Costa. [S. l.], 20 fev. 2020. Disponível em: <https://www.cacador.net/noticias/geral/2013/04/22/51-anos-sessao-solene-homenageia-municipio-de-matos-costa-22294>. Acesso em: 9 jun. 2020.

CAMPOS, Edson Nascimento; CURY, Maria Zilda Ferreira. **FONTES PRIMÁRIAS: SABERES EM MOVIMENTO**. Rev. Fac. Educ., São Paulo, v. 23, n. 1-2, Jan. 1997. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-25551997000100016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551997000100016&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 12 de Junho de 2019.

CHARTIER, Roger. **A história Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CRESPO, A.P.A; GUROVITZ, E. **A Pobreza como um fenômeno multidimensional**. Scielo, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03>. Acesso em: 19/06/2020.

DAROSSO, Fátia Paula; MACHADO, Paulo Pinheiro; DAROSSO, Flávia Paula. **A POLÍTICA DE ACESSO À TERRA NO BRASIL IMPERIAL E A COMPRA DE TERRAS DEVOLUTAS NO PLANALTO DA PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA**. Clío: Revista de Pesquisa Histórica, [s.l.], v. 34, n. 2, p. 86-111, dez. 2016. CLIO: Revista de Pesquisa Historica. <http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2016.34.2.do.05>.

ESPIG, Márcia Janete. **Personagens do Contestado: Os turmeiros da Estrada de ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1915)**. Tese de doutorado, URGs, Porto Alegre, 2008.

\_\_\_\_\_. MACHADO, Paulo Pinheiro (Orgs.). **A Guerra Santa revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

\_\_\_\_\_. **A construção da Linha Sul da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1910) mão de obra e migrações**. Varia História, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p.849-869, dez. 2012.

FRAGA, Nilson Cesar. **Mudanças e Permanências na Rede Viária do Contestado: uma abordagem acerca da Formação Territorial no Sul do Brasil**. Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná (Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), 2006.

FRANZINA, Emílio. **A Grande Emigração: O êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

FREIRE, P.. **Pedagogia da Esperança**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000a

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GÂNGAVO, P M. **A primeira história do Brasil: história da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004

GOHN, M. DA G. **Movimentos Sociais: desafios teórico-metodológicos**. In GOHN, M. DA G.; BRINGEL, B. M. (orgs) **Movimentos Sociais na era global**. 2 ed. **Petrópolis**, RJ: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_. **Teoria dos movimentos sociais na contemporaneidade**. In: GOHN, M. DA G.; BRINGEL, B. M. (orgs.). **Movimentos Sociais na era global**. 2. ed. Petrópolis, RJ Vozes, 2014.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina: uma tentativa de Síntese**. In: MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes. **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó: Argos, 2010. p. 29-62.

GRAHAM, Douglas H.. **MIGRAÇÃO ESTRANGEIRA E A QUESTÃO DA OFERTA DE MÃO-DE-OBRA NO CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO — 1880-1930**. **Est. Econ**, São Paulo, v. 3, p.07-64, abr. 1973.

KAHN, Siegmund Ulrich. **As capitânicas hereditárias, o governo geral, o Estado do Brasil – Administração e Direito quinhentistas**. In.: **R. Ci. pol.**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, pp. 53-114, abr/jun 1972. Disponível em file:///C:/Users/tribunal/Downloads/59197-125331-1-PB.pdf. Acesso em: 16 de Abril de 2020.

LEAL, Victor Nunes. **Indicações sobre a estrutura e o processo do “coronelismo”**. In: **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

LIMA, Soeli Regina; TONON, Eloy. **Guerra do Contestado: O Processo de Rendição**. **Revista Mosaico**, Goiás, v. 10, p. 132-147, 12 jun. 2017. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/5696/3082>. Acesso em: 10 jun. 2020.

LUDKA, Vanessa Maria. **Contestado, a fome e a pobreza com permanência da guerra: cenários paradoxais no sul do Brasil**. 223 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e atuação das chefias caboclas (1912-1916)**, Campinas, Ed. da UNICAMP, 2004.

MORAES, Denis de. **Professor Milton Santos - Entrevista à Revista Veja (1994)**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/247144711/Milton-Santos-Entrevista-a-Veja-1994>. Acesso em: 19 nov. 2019.

MOTTA, Marcia. **Nas Fronteiras do Poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX**. 1996. 332 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

\_\_\_\_\_. **A Grilagem como Legado**. In: MOTTA, Marcia; PIÑERO, Théo Lobarinhas. **Voluntariado e Universo Rural**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002. p. 75-101.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1986.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 144 p

MARX, K.; ENGELS, F. **O Manifesto Comunista**. 2ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2008. (Coleção A Obra Prima de Cada Autor).

MONTEIRO, Douglas Teixeira. (1974) **Os errantes do novo século: estudo sobre o surto milenarista do Contestado**. São Paulo, Duas Cidades.

MUCHALOVSKI, Elói Giovane. **Fagulhas do Contestado: Os conflitos nos vales do Timbó e Paciência através da Imprensa (1900-1908)**. São Paulo: Liber Ars, 2018.

MURARO, Valmir Francisco. Sobre fronteiras e colonização. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. **HISTÓRIA DA FRONTEIRA SUL**. Chapecó: Uffs, 2015. p. 167-189.

ORTIZ, Helen Scorsatto. **O Banquete dos Ausentes: A Lei de Terras e a formação do latifúndio no Norte do Rio Grande do Sul (Soledade - 1850-1889)**. 2006. 213 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

PEDRO A. GONÇALVES. Relatório. **Relatório da Sociedade Colonizadora Catarinense ao Inspetor de Terras e Colonização do 1º Distrito**, [S. l.], 1935.

PETROLI, Francimar Ilha da Silva. **Região, civilização e progresso: Oeste Catarinense, 1916-1945**. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011**. São Paulo: Anpuh, 2011. p. 1 - 16. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308191474\\_ARQUIVO\\_Texto\\_completo\\_\(Francimar\\_Ilha\\_da\\_Silva\\_Petroli\).pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308191474_ARQUIVO_Texto_completo_(Francimar_Ilha_da_Silva_Petroli).pdf)>. Acesso em: 05 out. 2019.

PIAZZA, Walter F. **A colonização de Santa Catarina**. Porto Alegre: Editora Pallotti, 1982.

POLI, Jaci. **Caboclo: pioneirismo e marginalização**. Cadernos do Ceom. Chapecó, v. 23, n. 19, p.149-188, 2006.

PORTO, Edison. **Lebon Régis é por Lei a Cidade Coração do Contestado**". [S. l.], 14 jan. 2018. Disponível em: <http://jornalcaboclo.com.br/index.php/2018/01/14/lebon-regis-e-por-lei-a-cidade-coracao-do-contestado-por-edison-porto/>. Acesso em: 9 jun. 2020.

RADIN, José Carlos. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro: representações sobre a civilização do sertão**. 2006. 212 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006

\_\_\_\_\_ **Representações da colonização**. Chapecó: Argos, 2009.

\_\_\_\_\_ VALENTINI, D. J; ZARTH, P. A. **História da Fronteira Sul**. Editora Letra e Vida. UFFS, 2015.

\_\_\_\_\_ **Companhias Colonizadoras Cruzeiro: representações sobre a civilização do serão**. 2006. 212 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

REICHERT, Patrício. **Origem e trajetória do Caboclo de Porto Novo: a formação de sua identidade camponesa**. Cadernos do Ceom, Chapecó, v. 23, n. 19, p.37-72, 2006.

RENK, Arlene. **A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros**. Cadernos do Ceom, Chapecó, v. 23, n. 19, p.37-72, 2006.

\_\_\_\_\_ **UNS TRABALHAM E OUTROS LUTAM: BRASILEIROS E A LUTA NA ERVA**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, p. 239-258, nov. 2000.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **Estilhaços da violência: A Guerra do Contestado e a memória oficial**. Revista Conte

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

SCAPIN; SPRICIGO. **Arroio Trinta: Distância que separa, raízes que unem**. Curitiba. Vale Visare. 2010

SILVA, Adriana Fraça da. **Estratégias materiais e espacialidade: uma Arqueologia da Paisagem do Tropeirismo nos Campos de Cima da Serra/RS**. 2006. 218 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SILVA, Rosângela Cavallazzi da. **Terras públicas e particularidades - o impacto do capital estrangeiro sobre a institucionalização da propriedade privada (um estudo da Brazil Railway Company no meio oeste catarinense)**. 1983. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1983.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **AS IDÉIAS EUGÊNICAS NO BRASIL: ciência, raça e projeto nacional no entreguerras. História em Reflexão**, [s. l.], 2012. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/1877>. Acesso em: 5 maio 2020.

SKLARZ, Eduardo. **Nazismo: Como ele pode acontecer**. São Paulo. Abril, 2014.

SWEETZ, P. M. **Teoria do desenvolvimento capitalista**. Princípios de economia política marxista. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores & caçadores: a origem da lei negra**. RJ: Paz e Terra, 1987.

THOMÉ, Nilson. **A FORMAÇÃO DO HOMEM DO CONTESTADO E A EDUCAÇÃO ESCOLAR – REPÚBLICA VELHA**. Orientador: José Luís Sanfelice. 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/252397/1/Thome\\_Nilson\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/252397/1/Thome_Nilson_D.pdf). Acesso em: 9 maio 2019.

\_\_\_\_\_ Caminhos de tropeiros nos séculos XVIII e XIX como fatores pioneiros de desbravamento do contestado. **Desenvolvimento Regional em Debate**, Canoinhas, v. 1, n. 2, p. 1-26, jul. 2012.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **O polvo e seus tentáculos: A Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940.** Orientador: Paulo Pinheiro Machado. 2013. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107414/317569.pdf?sequence=1>. Acesso em: 9 maio 2020.

TONON, Eloy. **Os monges do Contestado**: Permanências históricas de longa duração das predições e rituais no imaginário coletivo. Orientador: Gizlene Neder. 2008. 243 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

VALENTINI, Delmir José. **Guerra do Contestado**: Construção da imagem do caboclo. In: Rampinelli. (Org.). História e Poder: a formação das elites em Santa Catarina. 1ªed. Florianópolis SC: Insular, 2003, v , p. 183-196.

\_\_\_\_\_. **A Guerra do Contestado (1912 - 1916)**. In: Delmir José Valentini, José Carlos Radin, Paulo Afonso Zarth. (Org.). História da Fronteira Sul. 1ed. Porto Alegre RS / Chapecó SC: Letra e Vida / UFFS, 2015, v. 01, p. 222-248.

\_\_\_\_\_; RADIN, José Carlos. **A Guerra do Contestado e a expansão da colonização**. Esboços - Revista do Programa de Pós-graduação em História da Ufsc, [s.l.], v. 19, n. 28, p.127-150, 14 out. 2013. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7976.2012v19n28p127>.

\_\_\_\_\_. **Memórias da Lumber e da Guerra do Contestado**. Ed. UFSS. Chapecó, 2015.

\_\_\_\_\_. **Processos de colonização e a população cabocla no oeste catarinense**. In: Delmir José Valentini; Valmir Francisco Muraro. (Org.). Colonização, conflitos e convivências nas fronteiras do Brasil, da Argentina e do Paraguai. 1ed. Porto Alegre RS / Chapecó SC: Letra e Vida / UFFS, 2015, v, p. 161-179.

WOITOWICZ, Karina Janz. **Imagem Contestada**: A Guerra do Contestado pela escrita do Diário da Tarde (1912-1916). Ponta Grossa: UEPG, 2015. ISBN 978-85-7798-212-7. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=PqHMDgAAQBAJ&hl=pt&pg=GBS.PA2.w.0.0.0.3>. Acesso em: 9 abr. 2020.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos de sociologia compreensiva. 1991. Vol. 1. Brasília, Editora da UnB.

ZARTH, Paulo; RADIN, José; VALENTINI, Delmir (orgs). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: UFFS, 2015.

ZEVEDO, J. A. M. de. **Elaborando a Constituição Nacional**: Atas da Subcomissão do anteprojeto 1932/1933. Organização e índices: AGUIAR, P. R. M. de. Brasília: Senado Federal- Subsecretaria de Edições Técnicas, 1993, p. 1007).

## Fontes Documentais

3º DIST.C.G. Relatório. **Relatório do 3º Distrito do Comissariado Geral do Estado ao Diretor da Diretoria de Terras e Colonização**, [S. l.], 1920.

7º DIST.C.G. Relatório. **Relatório do 7º Distrito do Comissariado Geral**, [S. l.], 1920.

9º DIST.C.G. PORTO UNIÃO. Relatório. **Relatório do 9º Distrito do Comissariado Geral do Estado ao Diretor da Diretoria de Terras e Colonização**, [S. l.], 1919.

9º DIST.C.G. PORTO UNIÃO. Relatório. **Relatório do 9º Distrito do Comissariado Geral de Terras do Estado ao Diretor de Terras**, [S. l.], 1920.

SKLARZ, Eduardo. Nazismo. Como ele pode acontecer. São Paulo. Abril, 2014.

BRASIL. Lei nº 601 de 18 de Setembro 1850 – Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm).

Caderno territorial do Alto Vale do Rio do Peixe. Disponível em: [http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno\\_territorial\\_155\\_Alto%20Vale%20do%20Rio%20do%20Peixe%20-%20SC.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_155_Alto%20Vale%20do%20Rio%20do%20Peixe%20-%20SC.pdf)

Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 14 de agosto de 1917, pelo Dr. Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catharina.

PLANO BÁSICO DE DESENVOLVIMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO. Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (AMARP). 1994.

**Relatório da Diretoria de Terras e Colonização ao Secretário da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura**, [S. l.], 1931.

**Relatório da Sociedade Colonizadora Catarinense ao Interventor Federal do Estado de Santa Catarina**, [S. l.], 1934.

## Jornais e Sites Eletrônicos

CAMPO, Nosso. **Caboclo tomando o seu Tereré do santo dia!** Disponível em: <http://nossocampojacu.blogspot.com/2012/05/caboclo-tomando-o-seu-terere-do-santo.html>. Acesso em: 07 de abril de 2020.

**REPÚBLICA.** Florianópolis, 15 maio. 1920. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=711497x&PagFis=20774&Pesq=imigrantes>>. Acesso em: 14 maio 2019.

**REPÚBLICA.** Florianópolis, 27 dez. 1924. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=711497x&PagFis=20774&Pesq=imigrantes>>. Acesso em: 14 maio 2019.

RSC, PORTAL. Projeto Sentinela do Contestado é aprovado na Alesc. In: **“Sentinela do Contestado”: Projeto de Fabiano homenageia Matos Costa.** [S. l.], 20 fev. 2020. Disponível em: <https://www.radio89fm.com.br/noticia/projeto-sentinela-do-contestado-e-aprovado-na-alesc>. Acesso em: 9 jun. 2020.